



FACULDADE DE INHUMAS – FACMAIS
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

KÁSSIA DAYANA DE GODOI

FILME *ALICE JÚNIOR*: UM OLHAR PARA ALUNOS TRANSGÊNERO

Inhumas – GO
2022

KÁSSIA DAYANA DE GODOI

FILME *ALICE JÚNIOR*: UM OLHAR PARA ALUNOS TRANSGÊNERO

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado Acadêmico em Educação como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Faculdade de Inhumas – FACMAIS.

Linha de Pesquisa: Educação, Instituições e Políticas Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champagnatte.

Inhumas – GO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIBLIOTECA CORA CORALINA - FacMais

G588f

GODOI, Kássia Dayana de
FILME *ALICE JÚNIOR*: UM OLHAR PARA ALUNOS
TRANSGÊNERO. Kássia Dayana de Godoi. – Inhumas: FacMais, 2022.

85p.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas -
FacMais, Mestrado em Educação, 2022.

“Orientação:Dr. Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte.”.

1. Gênero; 2. Sexualidade. Educação; 3. Cinema; 4.
Transgeneridade. I. Título.

CDU: 37

KÁSSIA DAYANA DE GODOI

FILME *ALICE JÚNIOR*: UM OLHAR PARA ALUNOS TRANSGÊNERO

Inhumas – GO, _____ de _____ de 2022.

Professor Orientador: Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte

Professora Examinadora: Cristyane Batista Leal

Professora Examinadora: Rosane Cristina de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Ao poderoso Pai Celestial por cuidar com tanto amor de mim e de minha família, suprimindo sempre nossas necessidades e realizando todos os nossos sonhos.

Ao meu amado esposo Enay por me amar, incentivar e seguir junto comigo, tirando do caminho todos os obstáculos que poderiam parar os meus passos.

Aos meus filhos, Theo e Erik, que não tiveram comigo todos os momentos lúdicos que solicitaram, mas mesmo assim, continuaram me amando.

À toda a minha família, em especial à minha mãe, Vera, que me inspirou e inspira a acreditar na educação e ao meu pai, Neco, que me apoia incondicionalmente.

À amiga Eliete que me ajudou a manter o equilíbrio entre os estudos e os cuidados com a casa.

À colega de curso e amiga, Viviane, que junto comigo, concluiu essa etapa que em muitos momentos consideramos impossível.

Ao meu orientador, Dostoiewski Champangnatte, por acreditar que eu conseguiria, quando até eu pensava que não.

Às professoras Cristyane Batista Leal e Rosane Cristina de Oliveira que compuseram a minha banca e enriqueceram grandemente este trabalho.

A todos os professores e à equipe da FACMAIS que exercem com excelência as suas funções sem desconsiderar a humanidade de cada um.

Ao povo brasileiro por me proporcionar bolsa de estudos correspondente a um terço do valor total do curso de mestrado.

*“Ninguém nasce feito, é experimentando-nos
no mundo que nós nos fazemos”.*

Paulo Freire

RESUMO

GODOI, Kássia Dayana. **Filme *Alice Júnior*: um olhar para alunos transgênero.** Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS – Inhumas – GO. 2022.

Este trabalho realiza uma análise do longa-metragem brasileiro *Alice Júnior* (2019), uma comédia voltada ao público jovem, disponível na plataforma Netflix. O filme possui a escola como cenário principal e uma aluna *transgênero* do Ensino Médio como protagonista, utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (1979). O objetivo deste estudo é discutir a *transgeneridade* do ponto de vista conceitual e dentro dos espaços formais de ensino tomando o filme como referência; compreender como se constituem as identidades sexual e de gênero dos sujeitos com base nas teorias de Joan Scot, Robert Stoller, Simone de Beauvoir, Gayle Rubin, Michel Foucault, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Berenice Bento, entre outros; perceber o cinema como fonte de conhecimento e informações que, de acordo com Rosália Duarte e Eli Fabris, proporciona aos professores e estudantes uma rica leitura de mundo. Por meio deste estudo é possível compreender que o filme proporciona conhecimento e reflexões acerca da diferença entre identidade sexual e gênero sexual. Além disso, demonstra que a cis/heteroafetividade, apesar de predominante, é só mais uma das identidades que existem. No decorrer deste trabalho são apresentadas estatísticas que comprovam a necessidade de uma educação intercultural para que haja na sociedade brasileira e, especialmente nas escolas, maior respeito às subjetividades humanas.

Palavras chave: Gênero. Sexualidade. Educação. Cinema. Transgeneridade.

ABSTRACT

GODOI, Kássia Dayana. *Alice Júnior film: a look at transgender students*. Dissertation (Master in Education) Academic Master's Program in Education at Faculdade de Inhumas – FACMAIS – Inhumas – GO. 2022.

This work analyzes the Brazilian feature film *Alice Júnior* (2019), a comedy aimed at young audiences, available on the Netflix platform. The film has the school as the main setting and a *transgender* high school student as the protagonist, using the Content Analysis methodology proposed by Laurence Bardin (1979). The aim of this study is to discuss *transgenderism* from a conceptual point of view and within formal teaching spaces, taking the film as a reference; understand how subjects' sexual and gender identities are constituted based on the theories of Joan Scot, Robert Stoller, Simone de Beauvoir, Gayle Rubin, Michel Foucault, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Berenice Bento, among others; perceive cinema as a source of knowledge and information that, according to Rosália Duarte and Eli Fabris, provides teachers and students with a rich understanding of the world. Through this study it is possible to understand that the film provides knowledge and reflections about the difference between sexual identity and gender. In addition, it demonstrates that cis/heteroaffection, despite being predominant, is just one more of the identities that exist. In the course of this work, statistics are presented that prove the need for an intercultural education so that in Brazilian society and, especially in schools, there is greater respect for human subjectivities.

Keywords: Gender. Sexuality. Education. Movie theater. *Transgenderism*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI – Ação direta de Inconstitucionalidade

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e *Transexuais*

CEARJ – Colégio Estadual Alcides Ramos Jubé

CF – Constituição Federal

CID/ CID 10 – Classificação Internacional de Doenças – 10ª Revisão

COVID-19 - Do inglês Coronavirus Disease 2019

DVD – Disco Versátil Digital

FACMAIS - Faculdade de Inhumas

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCE – Instituto Nacional de Cinema Educativo

LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero/Transexuais/Travestis, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e o sinal de + indica todas as demais identidades sexuais e de gênero que possam existir.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

SEDUC-GO - Secretaria de Estado da Educação de Goiás

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TGEU – Transgender Europe

TRANS – Transexuais/transgênero

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Gráfico quantitativo dos assassinatos de pessoas *trans* no Brasil de 2008 a 2021.

Figura 2 – Alice sendo barrada pela diretora Rosa.

Quadro 1 – Identidades representadas pela sigla LGBTQIAP+.

Quadro 2 - Termos que se relacionam à identidade de gênero e à transgeneridade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Objeto de estudo.....	15
Justificativa.....	17
Metodologia da pesquisa.....	18
Objetivos.....	20
Capítulo 1 – ESTUDO DE GÊNERO E IDENTIDADES.....	21
1.1 – Historicidade do conceito do gênero.....	24
1.2 – Siglas que representam as diversas identidades de orientação sexual e de gênero.....	28
1.3 - Conquistas da comunidade LGBTQIAP+.....	30
1.4 – “Ideologia de Gênero”: uma ameaça à sociedade tradicional?	36
1.5 - Judith Butler e a teoria <i>Queer</i>	40
Capítulo 2 – <i>TRANSGENERIDADE E A EMERGÊNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR</i>	43
2.1 – Dados sobre a vida <i>trans</i> no Brasil.....	49
2.2 – Orientação sexual e identidade de gênero debatidas nas escolas.....	52
2.3 – Por uma educação sem LGBTfobia	55
2.4 – Um convite à educação intercultural.....	60
Capítulo 3 - CINEMA, TRANSGENERIDADE E A ESCOLA NO FILME ALICE JÚNIOR.....	62
3.1 – O cinema enquanto arte e ferramenta pedagógica	62
3.2 – Conhecendo “ <i>Alice Júnior</i> ”.....	64
3.3 – Considerações acerca do filme.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	80

INTRODUÇÃO

Cresci ouvindo minha mãe dizendo que estudar é importante, que o futuro de quem estuda é garantido. Ela, professora efetiva da Secretaria Estadual de Educação de Goiás – SEDUC-GO, vivia envolta em livros, diários e com sua letra fabulosa, parecia escrever o dia todo. Eu, que sempre quis ser cantora, fazia as minhas “apresentações domésticas” a fim de chamar a atenção dos meus pais, mas a necessidade de trabalharem para o sustento de nossa família, a manutenção da saúde do meu irmão, que foi diagnosticado como diabético dependente de insulina aos 08 anos de idade, época em que tal doença não era devidamente conhecida, e até mesmo a desinformação, foram alguns dos motivos que me impossibilitaram deixar o Distrito de Lua Nova – Matrinchã – GO em busca desse sonho, assim, fui me distanciando das minhas aspirações artísticas e me dediquei mais a estudar.

Cursei toda a educação básica no Colégio Estadual Alcides Ramos Jubé - CEARJ, localizado em Lua Nova – Distrito de Matrinchã – GO. Logo em seguida, ingressei no curso de Letras Português/Inglês na Universidade Estadual de Goiás – UEG, Unidade Universitária de Inhumas, na qual permaneci apenas no primeiro ano, os demais três anos de curso, realizei na unidade da cidade de Jussara, trabalhando como professora durante o dia no Colégio em que estudei e, percorrendo 148km para ir e voltar de Jussara todas as noites. Foi nessa mesma unidade que me especializei em Linguística e Língua Portuguesa.

No ano de 2010, fui efetivada como Professora da Rede Pública Estadual de Ensino e continuei lecionando no CEARJ para a segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio até agosto de 2013, quando a SEDUC lançou um concurso interno para professores formadores, no qual fui aprovada, e por isso, tive que me mudar para a Capital, Goiânia. Lá aprendi bastante como Coordenadora Estadual de Tutoria Pedagógica e viajei muito pelo estado promovendo a formação continuada de gestores, coordenadores de professores.

Casei em 2015 e em 2017 dei à luz meu primeiro filho, Theo. Então, com minha família, voltei para a cidade de meus pais com a intenção de passar por lá somente o período da licença maternidade, no entanto, devido à efetivação do meu esposo no Corpo de Bombeiros Militar da cidade de Goiás, resolvemos fixar morada em Lua Nova, cuja localização nos favorecia. E lá estava eu, novamente trabalhando no meu primeiro Colégio e cursando Pedagogia na cidade de Jussara.

Fui Professora alfabetizadora de 2003 a 2008, Coordenadora Pedagógica, Gestora e, após o nascimento do meu segundo filho, Erik, surgiu a oportunidade de retomar meus estudos e cursar o tão sonhado Mestrado. Então, ingressei no Programa de Mestrado em Educação da FACMAIS – Faculdade de Inhumas com um pré-projeto de pesquisa sobre a construção da identidade dos adolescentes em espaço escolar, observada na série canadense *Anne with an E*.

No referido programa de mestrado, meu orientador, Professor e Cineasta, Dostoiowski Champagnatte, me incentivou a buscar filmes brasileiros que abordassem tal temática, e após assistir muitos, o intitulado *Alice Júnior* foi, para mim, o mais inspirador, pois trata da construção da identidade de uma garota transgênero.

Embora eu seja mulher cisgênero, heteroafetiva, o filme me despertou a vontade de adentrar o mundo dos jovens estudantes brasileiros LGBTQIAP+, por entender que a efetiva inclusão social deles é uma emergência, especialmente nos espaços educacionais e que posso ser uma aliada nessa luta, disseminando informações e promovendo reflexões.

Interessei-me especialmente pelos transgênero porque convivi com uma aluna *trans* de 16 anos que me instigava muito por dizer que nunca se viu como um menino, mas a família, a igreja e a antiga escola a forçavam a se comportar e a se vestir de modo masculinizado, até que um dia, revoltada, transicionou-se. Sem recursos, usava uma peruca doada, roupas das amigas e sutiã com enchimento para disfarçar a falta dos seios. Seu sonho era colocar silicone, fazer a cirurgia de redesignação sexual, tomar hormônios femininos, enfim, fazer todo o possível para que seu exterior convergisse com o interior.

Definido o objeto, segui a pesquisa em meio à amamentação, trocas de fraldas e afazeres domésticos já que estava de Licença Maternidade e posteriormente, Licença para Aprimoramento. Até que percebi que o desenvolvimento do meu filho menor não estava de acordo com a idade dele. Com 1 ano e 9 meses, não interagia, não falava e apresentava movimentos sem função. Investigamos e chegamos ao complicado diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista - TEA. Me culpei muito pelo fato de estar estudando e talvez não ter dedicado a ele toda a atenção que precisava. Entretanto, os médicos me explicaram que ainda não se sabe a causa de tal condição.

Diante disso, dei uma pausa na pesquisa para acompanhá-lo nos exames, consultas e terapias, o que ocasionou mudança de cidade, gastos inesperados e grande desgaste emocional e físico.

Apesar de todas as adversidades, retomei a pesquisa e aqui está ela, conscientemente imperfeita e incompleta, mas também importante e urgente, já que o tema trata da vida social dos indivíduos LGBTQIAP+, especialmente os transgênero que estão por toda parte, entretanto, em sua maioria, são invisibilizados ou desrespeitados pela sociedade.

Esta dissertação está sendo desenvolvida em três capítulos, além das considerações finais.

No primeiro capítulo, apresento o conceito de estudos de identidade e, gênero e sua historicidade com base em: Joan Scot (1995), Robert Stoller (2003), Michel Foucault (1992), Guacira Lopes Louro (1997), Judith Butler(2003) entre outros. Neste capítulo há uma exposição do conceito de gênero e como ele foi se solidificando na sociedade a partir da busca de igualdade de direitos de homens e mulheres pelo movimento Feminista, ou seja, a princípio o objetivo era alcançar a equivalência entre os gêneros masculino e feminino. Entretanto, o movimento se alargou ao ponto de envolver também outras identidades e estudos perturbaram a concepção binária e indissociável de sexo e gênero, sendo por isso alvo de ataques, primordialmente a Igreja Católica que chama tais estudos de “Ideologia de Gênero” e acusa os teóricos de quererem estabelecer uma ditadura LGBTQIAP+ na sociedade, homogeneizando os indivíduos e destruindo as famílias.

No segundo capítulo, há um aprofundamento no conceito de transgeneridade; um levantamento de dados estatísticos acerca de como vive a comunidade trans no Brasil. Estes demonstram a emergência em se criar estratégias e políticas públicas que garantam dignidade e respeito a essas pessoas; e uma análise que conclui que a escola funciona como um mecanismo reprodutor da LGBTQifobia, não só por sua tradição em separar/classificar meninos e meninas, mas também pelas falas impregnadas de preconceitos, e principalmente, por invisibilizar os estudantes que não se encaixam na cis/heteronormatividade, causando extremo desconforto para eles que, por não se sentirem parte do processo de ensino-aprendizagem, preferem ficar fora da escola. Com baixa escolarização, tendo que enfrentar preconceito e violência é muito difícil conseguir empregos formais, assim, a maioria recorre à

prostituição e, por várias razões têm sua expectativa de vida reduzida para 35 anos de idade.

O terceiro e último capítulo é destinado à análise de conteúdo do filme *Alice Júnior*, o qual inspirou este trabalho por sua temática: a transgeneridade na escola. A referida análise foi baseada na metodologia de Bardin e tem a finalidade de observar como Alice Júnior, uma garota trans é reconhecida e tratada pela sociedade, como ela se reconhece e mantém suas relações sociais, e principalmente, como seu pai e a comunidade escolar (diretora, educadores e alunos) lidam com a transgeneridade dela.

Neste capítulo, há referência ao cinema, que além de arte é também uma importante ferramenta pedagógica, que deveria estar entre as artes previstas pelo currículo escolar, junto às artes visuais, música, teatro e dança, pois tem potencialidades de auxiliar no desenvolvimento dos alunos e até na formação de professores. Conforme Fisher:

Estudar as imagens, os processos de produção de materiais audiovisuais, as diferentes formas de recepção e uso das informações, narrativas e interpelações de programas de televisão, filmes, vídeos, jogos eletrônicos, corresponderia, a meu ver, a práticas eminentemente pedagógicas e indispensáveis ao professor que atua nestes tempos. Isso porque há todo um trabalho de simbolização, no lugar daquele que imagina, planeja, produz e veicula filmes, novelas, telejornais, vídeos, assim como há um trabalho permanente de simbolização, no lugar daquele que se apropria do que vê e ouve a partir das diferentes mídias (FISCHER, 2007, p. 296).

Por fim, apresento as considerações finais nas quais relaciono os estudos de gênero com o filme *Alice Júnior* e a educação, sintetizo ideias e proponho reflexões acerca da importância dos espaços educacionais e da comunidade escolar na construção da identidade dos indivíduos. É urgente considerar que é partir da cultura e da educação que os sujeitos se constituem, portanto, a escola deve ser um lugar de acolhimento e respeito a todas as diversidades, precisa ajudar no reconhecimento das subjetividades, afinal, todos somos semelhantes, iguais, jamais.

OBJETO DE ESTUDO

Neste trabalho é analisado o conteúdo do filme *Alice Júnior* que tem como tema a vida social de uma adolescente brasileira de cerca de 16 anos, aluna do Ensino Médio, órfã de mãe, vive junto ao pai e sua gata, gosta de internet, é bastante popular, vaidosa e espera ansiosamente pelo seu primeiro beijo. Uma menina como qualquer outra, não fosse pelo fato de ser transgênero.

Há uma abordagem acerca da construção da identidade trans da personagem principal. Destaca-se como ela é tratada em casa, na sociedade e, especialmente, no contexto escolar apresentado no filme, a fim de observar como o cinema, enquanto indústria cultural, mostra a convivência social dos estudantes brasileiros transgênero que são aqueles que não se identificam, nem se expressam, segundo o padrão esperado para o seu sexo.

Alice Júnior (interpretada pela atriz trans Anne Celestino) nasceu Jean Genet Júnior, com genitália masculina, no entanto, nunca se identificou com o seu sexo biológico. Por isso, para externar sua feminilidade, usa longos cabelos negros com mechas coloridas, roupas, sapatos, maquiagem e acessórios típicos do universo feminino. Alice vive em Recife com seu pai, Jean Genet (Emmanuel Rosset) e, apesar de conhecer preconceito e discriminação, leva uma vida tranquila de classe média, com sua rotina sempre compartilhada nas redes sociais da internet, como quase todos os jovens da atualidade.

Ela se mostra muito bem resolvida em relação a sua identidade de gênero e seu lugar no mundo, até que recebe a notícia de que seu pai, por questões de trabalho, será *transferido* para uma cidade no interior do Paraná, a fictícia “Araucárias do Sul”, cidade com cultura conservadora, onde alguém como Alice causa grande estranheza.

Lá, matriculada em uma escola tradicional, religiosa, Alice não podia usar o uniforme feminino e tampouco usar o banheiro das meninas. Muitos ignoravam até a questão do seu nome social, chamando-a pelo nome masculino que recebera ao nascer. Alice passa por constrangimentos e violências, entretanto, aos poucos vai conquistando seu espaço e tem um final feliz.

JUSTIFICATIVA

O interesse, enquanto pesquisadora, pelo estudo da relação entre cinema, educação e adolescência, surgiu após ter assistido à série de televisão canadense *Anne with an E*, de Moira Walley Beckett, baseada no livro *Anne of Green Gables*, (1908), de Lucy Mount Montgomery. A referida série conta a história de Anne, uma garota órfã que foi adotada por um casal de irmãos solteiros e idosos que precisavam de um menino para ajudar a cuidar de sua bela fazenda. Por equívoco, Mathew e Marilla Cuthbert, receberam a jovem Anne, uma menina órfã de aproximadamente 11 anos que carregava um passado de maus-tratos. Aos poucos, foram se apaixonando por ela, ao ponto de adotá-la como filha. A partir de então, Anne passa a viver na fazenda e na escola muitas aventuras típicas da fase adolescente, as quais expõem questões sociais tais como: desigualdade de gênero, homofobia, orfandade, liberdade de expressão, entre outras.

A referida série me inspirou a olhar para o cinema como uma ferramenta didática, não somente ilustrativa de determinado conteúdo, mas sim, capaz de suscitar diversas reflexões nos jovens estudantes e também nos profissionais da educação que trabalham com eles, voltadas para o desenvolvimento do indivíduo enquanto cidadão e seu lugar no mundo.

No entanto, apesar de apresentar temáticas bastante atuais, a série que se passa no Canadá, no século XIX, traz cenários e culturas diferentes do que vivenciamos na nossa cultura brasileira do século XXI. Junto ao orientador, optei por analisar filmes nacionais da última década. Depois de ver vários deles, cuja a escola é cenário principal, decidi que analisaria os jovens estudantes brasileiros do Ensino Médio de modo geral, representados pelo cinema. Entretanto, após assistir ao filme *Alice Júnior* (2019), de Gil Baroni, fiquei bastante instigada pela história que é atual e afinada ao público jovem, com muitos efeitos gráficos e recursos inspirados nas redes sociais da internet. Acima de tudo, percebi que seu tema é de extrema importância para a promoção do respeito pela diversidade de identidades de sexo e de gênero dos estudantes no Brasil, principalmente dos transgênero que enfrentam desafios muito maiores do que os apresentados no filme, entretanto, nele aparecem exemplos bastante significativos.

O filme *Alice Júnior* foi escolhido para este trabalho, porque nele é possível assistir a situações que alunos transgênero e outros da comunidade LGBTQIAP+ enfrentam nas escolas do nosso país, portanto, conforme o conceito de endereçamento de Ellsworth(2001), esse filme é endereçado ao público jovem brasileiro e comunidade escolar em geral.

[...]a autora coloca que a construção da narrativa cinematográfica é um processo consciente, que vai buscar dotá-la de desejos, expectativas e processos de identificação com o espectador, para que o filme fique mais atraente e para que o público se veja dentro dele. Isso quer dizer que, na narrativa cinematográfica, há um espaço para o público ocupar e, de acordo com Masterman (*apud* Ellsworth, 2001, p.17), “os espaços que somos convidados a ocupar estão ligados a posições ideológicas – maneiras “naturais” de examinar e dar sentido à experiência” (CHAMPANGNATTE, 2013 p.41).

É possível ver, na referida produção cinematográfica, a oportunidade de analisar como o cinema mostra nossos jovens, especialmente aqueles com identidade de gênero fora da ditadura cis/heteronormativa e assim, chamar a atenção de colegas educadores para o modo de lidar com esses/as estudantes. Obviamente, o filme, sozinho, não dará conta de uma mudança social, no sentido de acabar com a LGBTfobia/transfobia, mas pode promover, ao menos, algumas reflexões acerca do respeito que precisamos ter por todos os seres humanos e de modo emergencial à comunidade LGBTQIAP+.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa com abordagem qualitativa, embasada nos critérios e sequência de atividades estabelecidas por Laurence Bardin na sua teoria de Análise de Conteúdo. Para ela, a Análise de Conteúdo é representada por:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1979).

De acordo com a autora, essa análise deve ter caráter social, visto que pretende-se inferir algo do texto relacionado ao seu contexto social, um revelar crítico e objetivo. Há uma classificação do material em temas ou categorias para análise, para melhor compreensão daquilo que está por trás dos discursos. A autora defende a perspectiva de que a análise de conteúdo também ocupa-se em descrever o conteúdo de forma objetiva, sistemática e quantitativa, tendo relação de semelhança com a análise de significados.

Conforme FERNANDES (2013), Bardin propõe uma organização em etapas para a análise, sendo a primeira, uma leitura geral do material, definida pela autora como leitura flutuante, para exploração de seu conteúdo e sistematização de ideias tendo como parâmetro o referencial teórico. Realiza-se também a elaboração de indicadores para interpretação do material e a formulação de hipóteses e objetivos da pesquisa.

FERNANDES (2013), afirma que segunda etapa proposta pela autora é a exploração do material. Consiste em um processo de codificação em que acontece a escolha das unidades de registro, um recorte do texto em unidades menores a ser codificadas, as quais podem ser parágrafos, palavras, temas ou frases a serem definidos pelo pesquisador. Após, faz-se um resumo dessas unidades, para a definição de categorias de acordo com os temas correlacionados, o que possibilita inferências, ressignificações ou novas mensagens a partir da mensagem original.

Na terceira e última etapa, ocorre o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Há uma retomada do referencial teórico como fundamento para as análises, inferências e um discurso com maior profundidade, a partir de uma leitura

mais minuciosa. Segundo a autora, “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar” (BARDIN,1979, p.14). Diante disso, acontece a busca por sentidos que encontram-se implícitos, “atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros significados” (Idem, p.41)(FERNANDES, 2013, p 29).

Segue-se a fase de aprofundamento, com formulação de hipóteses e objetivos que não se esgotam, visto que o tema (gênero, sexualidade, transexualidade) por ser fascinante, provoca o desejo de seguir pesquisando sobre ele.

Em toda esta pesquisa há um caráter social, relacionando o material selecionado, especialmente o filme *Alice Júnior*, ao contexto histórico-social, reforçando a teoria de Bardin que defende que assim sejam todas as pesquisas.

A respeito da análise de conteúdo do filme se restringe ao seu roteiro; não há portanto, menção a outros elementos que compõem a linguagem cinematográfica, como decupagem¹, fotografia ou figurino. Assim, tal análise assemelha-se bastante às características de uma análise fílmica textual. (CHAMPANGNATE, 2013).

¹ Decupagem refere-se à ação de decupar um roteiro. Um roteiro contém a descrição das cenas de um filme. O diretor, ao decupá-lo, criará planos que, por sua vez, referem-se aos enquadramentos pretendidos para uma ação. Logo, decupagem é o ato de criar planos feito pelo diretor. (CHAMPANGNATE, 2013,p 54).

OBJETIVO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir a transgeneridade do ponto de vista conceitual e dentro dos espaços formais de ensino, por meio do filme *Alice Júnior*, um longa-metragem ficcional brasileiro que tem uma personagem transgênero feminina como protagonista. Interessa saber como a identidade da referida personagem é construída e como ela é tratada socialmente, sobretudo no ambiente escolar retratado pelo filme.

A partir desse objetivo, há os seguintes desdobramentos:

- Expor os conceitos de identidade de gênero e identidade sexual e como eles têm se estabelecido na sociedade historicamente.
- Percorrer dados estatísticos que demonstram como é a vida social da comunidade LGBTQIAP+ no Brasil, especialmente das pessoas *trans*.
- Identificar, na escola mostrada pelo filme, ações e expressões que reproduzem e perpetuam o preconceito à diversidade sexual e de gênero.

1. Estudo de gênero e identidades

Ao longo do século XIX foram sendo definidos os comportamentos esperados para os seres humanos biologicamente classificados como macho ou fêmea conforme a sua genitália natural. Assim, supostamente, o ser humano que nasce com um pênis é homem e o que nasce com uma vagina é mulher e seus comportamentos, vestimenta, tom de voz e postura devem acompanhar esse determinismo biológico.

De acordo com a antropóloga brasileira Fabíola Rohden,

O argumento central, que perpassa boa parte dos trabalhos da época e também justifica as intervenções concretas, diz respeito a uma distinção natural, de caráter biológico e pré-determinado entre os sexos. Homens e mulheres seriam naturalmente distintos nas suas características físicas e também nas suas características morais ou psicológicas. Além disso, as qualidades atribuídas a cada um e as suas funções sociais são descritas com o mesmo grau de determinismo que suas funções fisiológicas. O gênero parecia irremediavelmente colado ao sexo a partir de uma única e invariável direção (RHODEN, 2001, p.14).

Estamos no século XXI e ainda é comum no mundo ocidental, por exemplo, a força, a coragem e a razão serem associadas ao sexo masculino, e a fragilidade e a emoção serem relacionadas à feminilidade. Pela mesma perspectiva, há tempos, o menino deve vestir azul e ser valente e a menina deve vestir-se de cor-de-rosa e se comportar com delicadeza. E, ao crescerem devem formar casais heterossexuais, ou seja, homem com mulher, constituir família com filhos que deverão seguir o exemplo dos pais.

De acordo com a historiadora Guacira Lopes Louro,

A declaração “é uma menina!” ou “é um menino!” [...] instala um processo que supostamente deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo. Judith Butler (1993) argumenta que essa asserção desencadeia todo um processo de “fazer” desse um corpo feminino ou masculino. Um processo que é desencadeado em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais. [...] O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. (LOURO, 2004, p.15).

Essa cultura defende a “cisgeneridade”, ou seja, que o gênero precisa coincidir com sexo; e a “heterossexualidade”, pela qual as relações sexuais devem acontecer somente com o sexo oposto. Isso nos é imposto/projetado desde o momento da identificação da nossa genitália, no útero da mãe. Entretanto, é sabido que, em muitos casos, por mais que seja induzido a ser cisgênero e heterossexual, o sujeito não se identifica com o seu sexo biológico e apresenta comportamentos, desejos e postura típicas do sexo oposto ou orientação sexual diferente da esperada. Ocorre, assim, a chamada incongruência de gênero, que é quando o gênero (masculino ou feminino) não coincide com o sexo biológico (macho ou fêmea), e o indivíduo se sente e se reconhece conforme o gênero oposto ao esperado para o seu sexo, sendo por isso, chamado de *transgênero*.

Conforme o site Origem da palavra², o termo transgênero é formado por trans- “além”, mais gênero, do Latim GENUS, “tipo, espécie, gênero”, também “sexo”. E cisgênero é um termo recente formado por cis-, “deste lado, para cá, aquém”, mais gênero. Surgiu em consequência de transgênero, como seu antônimo.

Conforme Berenice Bento (2011), o conceito de gênero pode variar, pois dependendo da corrente teórica, os termos masculinidade e feminilidade são interpretados de forma diferente. Alguns defendem que gênero (masculino/feminino) está vinculado com uma estrutura corpórea, então quando se fala “feminino” imediatamente vem a ideia de corpo de mulher (genitália), ou da mesma forma, “masculino” remete-se ao corpo do homem (genitália)(BENTO, 2011).

De acordo com Michel Foucault, esse sistema de gênero binário,

[...] isto é, a ideia que existem apenas a mulher/feminino e o homem/masculino, é tão popularmente aceito que chega a ser tomado como natural, entretanto, é preciso notar que nada é natural, mas socialmente construído através dos discursos das instituições de poder que ditam aquilo que melhor lhes convém e que sirva para satisfazer os seus interesses para determinada época (FOUCAULT, 1998, 57).

Diante dessa afirmação e do conhecimento que o ser humano é a única espécie capaz de produzir cultura, ou seja, de interpretar e dar significado para a natureza, é sabido que cada pessoa recebe uma formação cultural diferente que é o

² <https://origemdapalavra.com.br/palavras/transgenero/>

que define como ela vai ser e agir. A cultura influencia diretamente no processo de formação de identidades que, inclusive, podem mudar ao longo da vida.

Conforme Stuart Hall:

[...] a identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente (HALL, 1987, p.12).

A grande questão é que a biologia, sozinha, não explica as diversas identidades sexuais e de gênero que existem. Ela não determina se o indivíduo vai vestir azul ou rosa, se interessar pelo sexo oposto ou não, se usará cabelos longos, bermudão, vestido, maquiagem ou como vai sentar-se, comer etc. Todas essas coisas são aprendidas inicialmente com os familiares e, depois, na escola ou em outras instituições e, caso sejam diferentes da maioria, condenadas pela sociedade.

De acordo com Louro³ (2007),

[...] não há aqui a intenção de se negar o sexo biológico, pois fato é que há seres humanos diferentes, uns com estrutura corpórea mais forte, outros mais frágeis, uns maiores, outros menores, uns com aparelho reprodutor composto por pênis, testículos, escroto etc; e outros com o aparelho reprodutor formado por vagina, ovários, útero etc.

Entretanto, a ideia do sexo biológico e de diferença sexual não é suficiente para explicar o comportamento e as identidades, visto que como afirma Hall, 2006:

[...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p.13).

³ Guacira Lopes Louro é Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi fundadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) e participa deste grupo de pesquisa desde 1990. Tem publicado livros, artigos e capítulos, bem como orientado dissertações e teses sobre questões de gênero, sexualidade e teoria *queer* em articulação com o campo da Educação. Suas pesquisas atuais voltam-se para estudos *queer*, cinema e pedagogias da sexualidade.

Diante disso, é importante ressaltar que identidade de orientação sexual refere-se às relações sexuais ou afetivas que as pessoas mantêm com pessoas do mesmo sexo ou não, enquanto a identidade de gênero diz respeito a como o sujeito se identifica considerando os gêneros masculino, feminino ou não binário. Entretanto, essa distinção entre sexo e gênero é recente e ainda bastante confusa para a maioria das pessoas.

1.1 – Historicidade do conceito de gênero

Todo conceito tem história e conhecer a história do conceito de gênero se faz importante para entendermos como ele surgiu e aos poucos foi se tornando fundamental para pensar não só questões filosóficas, epistemológicas e sociais, mas também políticas públicas e o estado de forma geral.

De acordo com Joan Scott⁴ (1986), a história do conceito de gênero está muito ligada ao que podemos chamar de as “três ondas do feminismo”. Para ela, o movimento feminista é múltiplo que tem uma história de longa duração. A primeira onda começa no final do século XIX e vai até o início da Segunda Guerra Mundial, em que houve uma emergência em reconhecer os direitos civis específicos da mulher em várias partes do mundo, tais como o direito ao voto, direitos trabalhistas, entre outros. Nesse momento, não havia ainda um conceito de gênero, mas sim um processo de definição da categoria “mulher”. Ela julgava fundamental o fim do pensamento dicotômico e polarizado dos gêneros “homem x mulher” pois eles se relacionam dentro de uma invariável lógica de dominação-submissão.

Conforme Louro, (1997):

Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado "sufragismo", ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas

⁴ Joan Scott é uma historiadora norte-americana, nascida em 18 de dezembro de 1941 no Brooklyn, cujo trabalho, inicialmente dedicado à história francesa foi direcionado na década de 1980 para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero.

(embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento. (LOURO, 1997 p.14)

Após a Segunda Guerra Mundial, acontece a segunda onda do Feminismo que foi marcada pela publicação do livro *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir⁵, que foi fundamental para pensar conceitos essenciais que permeiam as lutas, as discussões epistêmicas e a produção teórica de várias mulheres durante o final da Segunda Guerra Mundial até a década de 60 do século XX. Autora da famosa frase: “Ninguém nasce mulher, torna-se”, Beauvoir defendia que o gênero era aprendido e constituído culturalmente.

“Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade.” (BEAUVOIR, 1968).

De acordo com Louro (1997), nesse período começou a ser questionada a invisibilidade das mulheres, ou seja, as mulheres não apareciam na História, nas Letras, nas Artes, na Ciência.

Assim, os estudos iniciais se constituem, muitas vezes, em descrições das condições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços. Estudos das áreas da Antropologia, Sociologia, Educação, Literatura etc. apontam ou comentam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e submetimento feminino. Contam, criticam e, algumas vezes, celebram as "características" tidas como femininas (LOURO, 1997 p.14).

Ao final dessa segunda onda do feminismo, que o conceito de gênero é delineado.

⁵ Simone de Beauvoir, além de romancista, foi professora de Filosofia. Era feminista e defensora do amor livre, o qual vivenciou com o filósofo Jean-Paul Sartre. Suas obras literárias têm aspectos filosóficos associados ao existencialismo.

Em 1968 o médico psicanalista, Robert Stoller⁶ foi o primeiro a apresentar a certa diferenciação entre sexo e gênero em uma obra cujo tema era o sexo e os padrões sexuais. Segundo ele, o sexo está relacionado à dimensão mais biológica e ao modelo binário: masculino e feminino. Já o gênero, estaria relacionado à dimensão cultural, ou seja, como é que cada pessoa, culturalmente, se percebe dentro do seu grupo social, independentemente de sua genitália. Esse conceito foi fundamental para o início do reconhecimento de identidades de gênero que a categoria “sexo” não daria conta por ser alicerçada em fundamentos biológicos.

Stoller sustenta que:

[...] o esperado é que, por volta dos dois anos, desenvolva-se o senso de pertencer a um sexo: a consciência que permite que afirmemos, para nós mesmos “Eu sou homem” ou “Eu sou mulher”. É importante frisar que isso é diferente do senso de masculinidade ou feminilidade. Este diz respeito ao que se aprende sobre como homens e mulheres agem, é marcado pelas expectativas *transmitidas* pelos pais sobre como devemos nos comportar, é um atributo cultural (STOLLER, 1984, p.29).

Esse conceito de gênero passa a ser reconhecido como tal nas ciências sociais por volta de 1975 a partir da obra da antropóloga Gayle Rubin⁷ *Tráfico de mulheres*, em que ela discute obras de Levy Strauss, Karl Marx e Lacan, para entender o sentido social da opressão, principalmente a opressão feminina.

Em entrevista concedida a Judith Butler em 1994, publicada na Revista Pagu de 2003, Rubin fala que o seu texto *The Traffic in Women: Notes on the ‘political economy’ of sex*, (em 1975), surgiu nos primórdios da segunda onda do movimento feminista, quando muitas feministas estavam tentando fazer uma ideia de como pensar e entender a opressão das mulheres. Assim, ele, é o resultado deste esforço. Hoje considerado mundialmente, um trabalho pioneiro e marcante no campo dos estudos de gênero, por traçar a distinção entre sexo/biológico e gênero/construção social do biológico (SIQUEIRA, 2008, p.113).

⁶ Robert Jesse Stoller (1924-1991) foi um psicanalista e psiquiatra norte-americano de grande impacto, cujas teses ressoam até hoje muito além de seu país. Atuou como professor de psiquiatria na Universidade da Califórnia de Los Angeles (UCLA), fundou a *Gender Identity Research Clinic* e também era filiado a *Los Angeles Psychoanalytic Society*. Em um primeiro momento, nos anos 1950, ele partiu do exame dos casos de intersexo; depois, se dedicou a *transexuais* e sujeitos perversos, notadamente nas décadas de 1960 e 1970. Enfim, em torno dos anos 1980, ao estudo da pornografia e da dinâmica da excitação sexual.

⁷ Gayle Rubin é antropóloga, americana e militante do movimento feminista desde 1960, com intensa atuação na política gay e lésbica por mais de duas décadas.

Portanto, após ser discutido na área da saúde, na década de 1970, o conceito de gênero consolida-se também dentro da Filosofia e nas Ciências Sociais, porque as mulheres começaram a desenvolver cada vez mais outras atividades que eram vistas somente como masculinas. Mesmo com o salário menor do que os indivíduos do sexo masculino, elas quebraram paradigmas, produziram, empreenderam, publicaram textos, conquistaram espaços, se fizeram notadas. Assim, passaram a ser reconhecidas como muito mais do que donas de casa, esposas, mães... mostraram sua capacidade de ir além disso, e realizar com a mesma habilidade, inteligência e perspicácia dos homens a maioria dos trabalhos.

Dessa forma, a diferença sexual ganhou um caráter social que vai além do determinismo biológico, ou seja, a biologia passa a não ter condições de dar justificativas para as desigualdades entre homens e mulheres. Então, essas explicações passaram a ser buscadas na história e nas configurações da sociedade.

Louro ressalta que:

Na medida em que o conceito (de gênero) afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p.19).

A terceira onda do feminismo se divide em feminismo liberal e feminismo radical. Muito influenciado pelo neoliberalismo, o feminismo liberal tinha ideais individualistas e empreendedores, defendia que antes de sermos sociedade somos indivíduos. Já o feminismo radical defendia que a sociedade é feita de grupos, de coletividade. A abordagem pós estruturalista da sexualidade e a ampla incorporação desses estudos pelo campo de gênero, em que Judith Butler se torna referência, aconteceram nessa terceira onda.

Um dos primeiros momentos em que gênero foi usado como um parâmetro produtor de políticas públicas aconteceu em uma reunião da ONU no Cairo em 1994. Pela primeira vez, o conceito de gênero ultrapassou essa condição e passou a ser

visto como um motivo concreto para se pensar em políticas públicas internacionais de proteção às mulheres. Em 1995, em outra reunião da ONU em Pequim, novamente foram discutidos e defendidos os direitos sexuais, a partir do reconhecimento público e político do conceito de gênero. Buscavam, entre outras coisas a inserção respeitosa no mercado de trabalho.

Atualmente, já existem publicações que se referem à quarta onda do feminismo, não aprofundaremos aqui, entretanto, é importante ressaltar que as muitas conquistas não pararam o movimento feminista, pelo contrário, ele se alargou, e hoje, essa quarta onda (em curso) chamada também de *cyberfeminismo* por conta do uso intenso de redes sociais e da tecnologia, é um ativismo amplamente digital, há grande aprofundamento nas discussões sobre identidade e corpo, como a questão trans e a gordofobia, por exemplo. (PEREZ e RICOLDI, 2019, p.05)

Não há como negar os avanços do feminismo e suas variações, segundo o blog QG feminista⁸, algumas tendências do feminismo atual são: Liberal, Radical, Interseccional, Negro, Marxista, Lésbico, Anarquista e transfeminismo, entre outras. Essas vertentes demonstram a intensificação das lutas que cada vez mais buscam respeito às subjetividades.

1.2 – As siglas que representam as diversas identidades de orientação sexual e de gênero.

Não se limitando mais a questões específicas das mulheres ou ao binarismo masculino/feminino, o conceito de gênero foi, de certa forma, envolvendo todas as diversidades de gênero e suas subjetividades que não se encaixam na cis/heteronormatividade e são as representadas por diversas siglas, com muitas letras, entretanto a mais utilizada atualmente é LGBTQIAP+.

Quadro 1 – Significado da sigla LGBTQIAP+:

L (lésbicas):	Mulheres (cisgêneros ou <i>transgêneros</i>) que se atraem por outras mulheres (cisgêneros ou <i>transgêneros</i>).
---------------	---

⁸ <https://medium.com/qg-feminista/quais-são-as-principais-vertentes-do-feminismo>

G (gays):	Homens (cisgêneros ou <i>transgêneros</i>) que se atraem por outros homens (cisgêneros ou <i>transgêneros</i>).
B (bissexuais):	Pessoas (cisgêneros ou <i>transgêneros</i>) que têm preferências sexuais e afetivas por pessoas do mesmo gênero e pelo gênero oposto.
T (transgêneros e travestis):	Contempla <i>transgêneros</i> (não se identificam com seu sexo biológico) e <i>travestis</i> (preferem ter um papel social feminino, e geralmente não se sentem incomodados com o sexo biológico).
Q (queer):	São pessoas que não se identificam com os padrões da sociedade e não concordam com eles. Engloba diversas classificações, incluindo as que transitam pelos gêneros e as que não sabem definir seu gênero/orientação sexual.
I (intersexuais):	Antes conhecidos como hermafroditas, os intersexuais são pessoas que apresentam variações em cromossomos ou nos órgãos genitais, não permitindo que sejam identificados como masculino ou feminino.
A (assexuais):	Sentem pouca ou nenhuma atração sexual pelos gêneros. Não têm interesse/prazer na atividade sexual.
P (pansexuais, polisssexuais):	Pessoas atraídas por outras pessoas, independentemente da identidade de gênero ou sexo biológico.
+	Representa os outros grupos como familiares e amigos (aliados da comunidade), 2 (two-spirit), drag-queens, não-binários etc.

Quadro formatado pela autora com base nos conceitos publicados pelo site:
<https://dorconsultoria.com.br/2022/06/13/glossario-lgbtqia/>

De acordo com o Manual de Comunicação LGBTI+⁹, foi na década de 1960 que a emancipação dos direitos e pautas gays começaram a ganhar visibilidade,

⁹ <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>

principalmente nos Estados Unidos, e a comunidade era chamada de "movimento gay" e não incluía outras diversidades.

A primeira sigla, GLS, surgiu em 1980 e representava gays, lésbicas e simpatizantes. Com o tempo a sigla S foi retirada porque os simpatizantes não tinham uma causa. Surgiu então, a sigla GLBT que abrangia: gays, lésbicas, bissexuais e *transexuais*, mas logo foi alterada para LGBT pois julgaram que o G em primeiro lugar, reproduzia o machismo estrutural, portanto a sigla L (lésbicas) passou a ocupar a primeira posição.

Entre as décadas de 1990 e 2000, percebendo a necessidade de incluir outras identidades, foi acrescentado o sinal de "+" passando a ser LGBT+ que indicava a inclusão das demais diversidades. Entretanto, para dar ainda mais visibilidade aos distintos grupos, a sigla foi ganhando novas letras com diferentes significados e hoje há muitas variações, entretanto, mesmo sem um consenso, a forma mais utilizada é a LGBTQIAP+ que, apesar de, provavelmente, não conseguirem, tem como objetivo incluir todas as pessoas que se reconhecem com uma orientação sexual e/ou identidade de gênero diferentes do que a sociedade considera como padrão, ou seja, pessoas que não são cisgênero ou heteroafetivas.

É importante ressaltar que essas nomenclaturas são importantes para que os indivíduos se reconheçam nesses grupos que lutam por visibilidade e acesso a espaços e políticas públicas que os incluam.

1.3 – Conquistas alcançadas pela comunidade LGBTQIAP+

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 1º, inciso III, os indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQIAP+ têm os mesmos direitos da sociedade em geral, como igualdade, justiça e liberdade, a partir do reconhecimento do princípio da dignidade da pessoa humana.

Citação direta (Lei Federal):

"Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;" (Brasil, 1988)¹⁰

¹⁰ <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/constituicao-federal/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil>

Entretanto, esses direitos não são devidamente respeitados. Por muito tempo, em muitas partes do mundo, as diferentes identidades e expressões de gênero, bem como as relações afetivas entre integrantes da comunidade LGBTQIAP+ eram criminalizadas e punidas com tortura e até mesmo pena de morte, gerando um contexto de discriminação e desigualdade que podem ser vistos até hoje.

Só em 1990, termo homossexualismo foi retirado da classificação internacional de doenças da Organização Mundial da Saúde.

Em 1948 a orientação sexual homossexual foi incluída na Classificação Internacional de Doenças (CID) como sendo uma patologia na CID-6. Todavia, pesquisas científicas realizadas ao longo da segunda metade do século XX não corroboraram esta tese, evidentemente. E a comunidade científica passou a mudar sua percepção sobre esta situação. Mas foi apenas em 17 de maio de 1990 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o “homossexualismo” da CID-10. A partir de então substituiu-se o referido termo por “homossexualidade”, uma vez que no contexto médico o sufixo “ismo” remete à doença (como reumatismo, raquitismo etc.).¹¹

É a partir da resolução nº 001/99 que a Homossexualidade não constitui doença ou distúrbio, e que a sexualidade de cada indivíduo e a forma como cada sujeito a vive faz parte de sua própria identidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.¹²

Em 2002, o processo de redesignação sexual (transgenitalização), mudança de sexo, foi autorizado no Brasil pelo Conselho Federal de Medicina e em 2008 passou a ser oferecido pelo SUS (Sistema Único de Saúde):

¹¹ <http://ces.saude.mg.gov.br/?p=7850>

¹² https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, Considerando a Portaria GM/MS nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, que define as Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS, a serem implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão; Considerando a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.652/2002, que autoriza a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia como tratamento dos casos de transexualismo; Considerando a necessidade de identificar e estruturar os serviços que prestarão assistência aos indivíduos com indicação para o Processo Transexualizador; Considerando a necessidade de estruturar o processo de Credenciamento/ Habilitação dos serviços que prestarão assistência aos indivíduos com indicação para o Processo Transexualizador; Considerando a necessidade de estabelecer critérios de indicação para a realização dos procedimentos previstos no Processo Transexualizador, de *transformação* do fenótipo masculino para feminino; e Considerando a necessidade de apoiar os gestores do SUS na regulação, avaliação e controle da atenção especializada no que concerne ao Processo Transexualizador, resolve: Art. 1º - Aprovar, na forma dos Anexos desta Portaria a seguir descritos, a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de saúde – SUS.¹³

A cirurgia de redesignação sexual, transgenitalização, ou neofaloplastia, mais conhecida como “mudança de sexo”, é realizada com a finalidade de alterar as características físicas dos órgãos genitais, de modo que a pessoa possa ter um corpo que considera coerente com a sua identidade de gênero. Esta cirurgia pode ser realizada tanto em indivíduos do sexo feminino ou masculino, e demanda complexos procedimentos cirúrgicos, que envolvem tanto a constituição de um novo órgão genital, chamado de "neopênis" ou "neovagina", bem como a remoção de órgãos como testículos, mama, útero e ovários. É aconselhado, que antes da cirurgia, se faça um acompanhamento psicológico para que seja avaliada a futura adaptação à nova identidade física e ainda um acompanhamento médico para iniciar o tratamento hormonal.

Essa operação se faz importante, pois em quase todos os casos de transgeneridade, ocorre a não-aceitação do corpo, especialmente dos órgãos sexuais e os indivíduos nessas condições entendem que a substituição da genitália e a hormonização são a solução para os seus problemas de identidade. Entretanto, procedimentos assim somente são permitidos no Brasil após os 18 (dezoito) anos de idade, pela resolução 2.265/2019, publicada no Diário Oficial da União no dia 9 de janeiro, que reduziu a idade mínima que era de 21 anos. Reduziu também para 16

¹³ https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html

anos a idade mínima do início de terapias hormonais e definiu as regras para o uso de medicamentos para o bloqueio da puberdade.¹⁴

Há muito tempo vem se “arrastando” essa grave situação de maus tratos com indivíduos considerados desviantes no que tange à sexualidade e gênero. Somente em 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu por meio de resolução que violações de direitos LGBTQIAP+, são violações dos direitos humanos, ou seja, só recentemente esses seres humanos foram considerados como parte da humanidade.

Em junho de 2011, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas tornou-se o primeiro organismo intergovernamental da ONU a adotar uma resolução sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero. A resolução 17/19 expressou a “grave preocupação” do Conselho com a violência e a discriminação contra indivíduos com base em sua orientação sexual e identidade de gênero, e encomendou um estudo sobre o alcance e a extensão destas violações e as medidas necessárias para resolvê-las.¹⁵

Mas é importante ressaltar que mesmo com esse reconhecimento, não existe nenhum tratado internacional vinculado ao direito internacional que configure os direitos LGBTQIAP+ como direitos humanos. Isso porque a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 não cita de maneira específica o referido grupo e nem a discriminação por orientação sexual, identidade ou expressões de gênero.

Em 2011, aconteceu outra importante conquista para a comunidade LGBTQIAP+, a união civil estável de pessoas do mesmo sexo foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal:

O Supremo Tribunal Federal, a corte constitucional do país, reconheceu as uniões homoafetivas, na data de 05/05/2011, o status de entidade familiar, estendendo a estas relações a mesma proteção destinada à união estável prevista no artigo 226, § 3º, da Constituição Federal (CF), e no artigo 1723, do Código Civil. Deste julgamento, proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4277, direitos fundamentais até então negados aos casais formados por pessoas do mesmo sexo foram-lhe estendidos, com fundamento nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da liberdade, da intimidade e privacidade, privilegiando como consequência a proteção contra quaisquer tipos de discriminação.¹⁶

¹⁴ <https://pebmed.com.br/idade-minima-para-cirurgia-de-transicao-de-genero-e-reduzida-para-18-anos/#:~:text=Tempo%20de%20leitura%3A%20%20min,a%20partir%20dos%2018%20anos.>

¹⁵ https://unfe.org/system/unfe-39-sm_direito_internacional.pdf

¹⁶ <https://jus.com.br/artigos/20380/consequencias-de-direito-apos-o-reconhecimento-da-uniao-estavel-homoafetiva-pelo-supremo-tribunal-federal>

Já o casamento civil entre homossexuais, foi autorizado somente dois anos depois pela Resolução Nº 175 de 14/05/2013 do Conselho Nacional de Justiça, Art. 1º, o qual veda às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.⁵

Um problema muito específico enfrentado pelos transgênero é a questão do nome social, pois uma vez que o indivíduo não se vê como masculino, o modo como se referem a ele também não pode ser e vice e versa com as mulheres. Então, depois de muita luta, foi conquistado o Decreto Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e *transexuais* no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou *transexuais* no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou *transexual* se identifica e é socialmente reconhecida; e

II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou *transexual*, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou *transexuais*.¹⁷

Muito significativas foram as conquistas descritas acima, todavia o maior de todos os avanços em termos de proteção da comunidade LGBTQIAP+ no Brasil, ocorreu em junho de 2019 quando o STF decidiu em favor da criminalização da homofobia e transfobia;

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de preconceito em razão da identidade de gênero e/ou orientação sexual.

¹⁷ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm

Art. 2º A ementa da Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação: "Define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, identidade de gênero e/ou orientação sexual (NR);
 Art. 3º Os artigos 1º, 3º, 4º e 20 da Lei 7.716, de 1989, passam a vigorar da seguinte forma: "Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, identidade de gênero e/ou orientação sexual."¹⁸

Outro avanço, importante pela comunidade LGBTQIAP+ a ser ressaltado, valorizado e incentivado é a visibilidade na mídia, tanto nas plataformas pagas quanto na TV aberta, em programas de auditório, nos *reality* shows e nas novelas, por exemplo. No cinema, como destaca este trabalho, é recente a aparição de personagens não cis/heteros, e a princípio quando existiam em um filme, era sempre um exemplo a não ser seguido, por ser transgressivo, imoral e ter fins trágicos. Mas, atualmente, personagens como Alice Júnior vem disseminar a ideia de que é possível ser trans e ter seu espaço digno na sociedade.

Entretanto, apesar de todos esses avanços, a marginalização, a discriminação, a violência e a exclusão social ainda fazem parte da vida da população LGBTQIAP+ especialmente dos trans brasileiros que vivem no Brasil que mais mata pessoas trans com requintes de crueldade.

1.4 - “Ideologia de gênero”: uma ameaça à sociedade tradicional?

Esse processo de reconhecimento acerca dos Estudos de Gênero, acabou fazendo com que determinados grupos religiosos passassem a se organizar e a propagar, por volta de 2008, discursos contrários ao conceito de gênero que passa a ser entendido pela ideia de ideologia de gênero.

O sociólogo brasileiro Rogério Diniz Junqueira explica que:

Segundo os atores envolvidos nas mobilizações antigênero, esses grupos “radicais”, por meio de discursos envolventes sobre a promoção da igualdade e o questionamento dos estereótipos, promoveriam a disseminação e imposição ideológica de um termo novo, perigoso e impreciso: o *gender/gênero*. Seu intuito seria extinguir a “diferença sexual natural” entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, difundindo-se a crença enganosa de que tais diferenças seriam meros produtos de processos opressivos de construção social e que poderiam constituir simples

¹⁸ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7916960&ts=1647262211806&disposition=inline>

escolha do indivíduo. Para o Vaticano e seus aliados, seria preciso interromper esses manipuladores, pois tal agenda político-ideológica, ao subverter a ordem natural da sexualidade, comportaria uma autêntica ameaça à “família natural”, ao bem estar das crianças, à sobrevivência da sociedade e da civilização.

Junqueira, 2008, afirma ainda que Ratzinger, o Papa Bento XVI,¹⁹ foi quem proferiu uma autorização pontifícia para o emprego do termo “teoria/ideologia de gênero” e sua difusão midiática, o que foi essencial para catalisar e revigorar a ofensiva contra a “teoria/ideologia do gender” em moldes *transnacionais* visto que seu discurso tinha inquestionável autoridade religiosa.

Em L'Évangile, respaldado por um enfático “Prefácio” no qual o cardeal Ratzinger (1997) reservou um ataque à “ideologia do Women’s empowerment”, Schooyans dedicou amplo espaço à denúncia da “ideologia do gênero”. Nessa obra, o sintagma comparece profusamente, e o autor chega a reservar um capítulo inteiro para expor o que considera ser “a coligação ideológica do ‘gênero’ com o socialismo, o malthusianismo, o eugenismo e o liberalismo. Por sinal, registre-se que este parece ser um dos primeiros empregos do sintagma (ou talvez o primeiro). (JUNQUEIRA, 2018, p. 467).

Entretanto, estudiosos como a professora Cláudia Costin²⁰ defendem que o termo (Ideologia de gênero) não tem base científica. Segundo ela “Ideologia de gênero não existe. Seria uma ideia de que escolas estariam tentando *transformar* as pessoas em gays. As pessoas não viram gays”²¹.

Em consonância, Junqueira defende que:

Longe de ser um conceito científico ou uma categoria produzida no âmbito de uma teoria rigorosa, o sintagma neológico “teoria/ideologia do gender” é uma invenção que aflora enquanto componente de uma (re)configuração retórica mais ampla, expressão de um sistema de crenças e de um sistema de representação de matriz católica conservadora e tradicionalista, que, em diferentes graus e circunstâncias, pode ser acionado e vir a orientar, abalizar ou simplesmente compor, entre paráfrases e reformulações, enunciados produzidos ou reelaborados em diversos campos sociais. (JUNQUEIRA, 2018, p. 487).

¹⁹ Foi papa da Igreja Católica e bispo de Roma de 19 de abril de 2005 a 28 de fevereiro de 2013, quando oficializou sua abdicação. Desde sua renúncia é Bispo emérito da Diocese de Roma.

²⁰ Claudia Costin é Diretora do CEIPE e professora visitante na Faculdade de Educação de Harvard. Foi até recentemente Diretora Global de Educação do Banco Mundial. Antes disso, Claudia Costin foi Secretária Municipal de Educação no Rio de Janeiro, de janeiro de 2009 a maio de 2014.

²¹ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/saiba-como-o-termo-ideologia-de-genero-surgiu-e-e-debatido.ghtml>

A “Ideologia de Gênero” é promovida por discursos que têm como foco a negação de conteúdos e políticas públicas que foram votadas nas reuniões de 1994 e 1995 e são organizados, a princípio, pelo Vaticano, por meio de cartas que apontavam os “riscos” que o conceito de gênero trazia para uma noção muito específica de família que defende o modelo de família constituída por pai(homem), mãe(mulher) e filhos, ou seja a família heterossexual/cisgênero.

De acordo com César e Silva:

[...]a primeira referência, em um documento oficial, ao termo ideologia ligado ao conceito de gênero, aparece em 1998 em uma nota intitulada “La ideologia de género: sus peligros y alcances.” emitida na Conferência Episcopal do Peru. O documento é dividido em onze tópicos e ao longo de suas dezesseis páginas discorre sobre a existência de uma natureza humana, originada em uma lei natural completamente imutável, criada por Deus e comprovada cientificamente pela biologia, demonstrando como os “defensores de uma ideologia de gênero” promovem uma desconstrução da família, da educação, da cultura e da religião (CÉSAR e SILVA, 2017, p.194).

Junqueira, 2018, afirma que tal documento tornou-se uma referência. Traduzido em diversos idiomas, passou a exercer contínua influência na recepção católica acerca do tema. É interessante observar que esse discurso antigênero tem matriz católica, entretanto, foi apropriado por diversas denominações religiosas, dentre elas, igrejas evangélicas neopentecostais.

Silas Malafaia, um dos pastores mais populares do Brasil, por exemplo, defende que:

A ideologia de gênero é uma crença, e não uma ciência, que afirma que os dois sexos, masculino e feminino, são uma construção social e cultural. Na verdade, a ideologia de gênero defende a ausência de sexo e enfatiza a relação entre pessoas do mesmo sexo.[...] os esquerdopatas entenderam que o último reduto de autoridade é a família. Então, eles trabalham para destruir a família a fim de conseguirem exercer domínio sobre a sociedade de modo mais fácil. (MALAFAIA, 2018 p.11)²².

O atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, eleito democraticamente no ano de 2018, em seu discurso de posse prometeu: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia

²² <https://twitter.com/pastormalafaia/status/1414962923454279684>

de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas”.²³

Esses são apenas alguns dos exemplos de discursos que alimentam o termo ideologia de gênero e conseqüentemente a LGBTfobia. Discursos como esses não levam em conta as milhares de vidas que são afetadas pelo preconceito.

Para fundamentar a ideologia de gênero, o papa Bento XVI buscou estabelecer uma “convergência teórica e política linear entre uma obra de 1949 e a disputada produção pós-estruturalista feminista e *queer* contemporânea” (JUNQUEIRA, 2018) ou seja, sua crítica vai de Simone de Beauvoir até Judith Butler.

O trabalho de Judith Butler acerca do gênero marca, portanto, o modo como movimentos conservadores e negacionistas passam a enxergar no conceito de gênero um risco social e a perseguir a produção de políticas públicas até mesmo em âmbito internacional. Eles propagam um discurso de ódio que afirma que a intenção de Butler é a destruição de valores morais, pois vai contra ensinamentos bíblicos e até científicos, como a Biologia que distingue homens de mulheres. Assim, dizem que os estudos da teoria *queer* são perigosos por defenderem a “Ideologia de gênero”.

É se valendo dessa expressão, jamais utilizada por Butler, que certos grupos sociais criam um certo “pânico moral”²⁴ dizendo à sociedade que o debate de temas relacionados a gênero e à sexualidade, principalmente nas escolas, destrói os valores familiares e incentiva as crianças e adolescentes a desviar-se da cis/heteronormatividade. No final das contas, o que essas falas e campanhas fazem é prejudicar iniciativas que visam ensinar a sociedade a respeitar a orientação sexual e a expressão de gênero de cada um.

Os estudos de Butler e outros teóricos de gênero são importantes na medida em que contrapõem a discriminação e ressignificam conceitos anacrônicos da nossa sociedade. Debates acerca desse tema devem ser incentivados, especialmente nas escolas, para que no futuro tenhamos uma sociedade mais respeitosa diante da diversidade dos seus sujeitos.

²³<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-fala-em-combater-ideologia-de-genero-veja-integra-do-discurso.htm?cmpid=copiaecola>

²⁴ Segundo Gayle Rubin em seu texto *Pensando Sobre o sexo: Notas para uma teoria radical do sexo* (1984) a autora define Pânico Moral como: “Pânicos morais são o “momento político” do sexo, em que atitudes difusas são canalizadas em ação política e a partir disso em mudança social”. (p.35)

Diante dos diversos estudos realizados, ousaria dizer que o que estão propagando é, num trocadilho, a “odiologia de gênero”, disseminando um ódio infundado pelos indivíduos considerados desviantes que não têm a intenção de aumentar a comunidade LGBTQIAP+ ou destruir famílias. Eles querem ressignificar sua existência, ser respeitados e incluídos na sociedade para poderem viver, estudar, trabalhar, ser quem são com dignidade e respeito.

Se é que existe Ideologia de Gênero, pode-se dizer que é a que parte do princípio de que todos os seres humanos têm que viver conforme a cis/heteronormatividade, pois sabemos que, apesar de serem predominantes, a cisgeneridade é só mais uma identidade de gênero e a heterossexualidade é só mais uma identidade de orientação sexual, que junto com as representadas pela sigla LGBTQIAP+ deveriam formar uma grande comunidade sem essas classificações que só servem para promover privilégios e, principalmente, preconceitos.

1.5 - JUDITH BUTLER E A TEORIA *QUEER*

Judith Butler²⁵ é uma filósofa americana que ficou famosa por sua teoria que defende que não existe um corpo que seja naturalmente homem ou mulher, segundo ela, o ser humano é ensinado a ser masculino ou feminino para atender à hegemonia da cis/heteronormatividade.

Para a construção de sua teoria, Butler se baseou em autores como: Simone de Beauvoir, Monique Witting, Gayle Rubin, Hegel, Nietzsche, Michel Foucault, Sigmund Freud, Louis Athusser, Jacques Lacan, Jacques Derrida, Austin entre outros. A obra de Butler se preocupa com a “análise e perturbação da noção de sujeito, por isso ela é considerada como a teórica *queer* por excelência”. (SALIH, 2015, p.05).

Conforme Salih, o termo *queer* bem como a própria teoria, “não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, pois é *transitivo*, múltiplo e avesso à assimilação”. (SALIH, 2015, p.07). Os principais pressupostos da teoria *queer* são a investigação e desconstrução da classificação dos sujeitos em: homem, mulher, heterossexuais, gays, lésbicas, ou quaisquer outras. Diferente dos estudos

²⁵ Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e teoria queer. Ela também escreve sobre filosofia política e ética.

anteriores que buscavam determinar masculino e feminino como equivalentes, ela defende “a indeterminação dos sujeitos e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e generificadas”.

Segundo a filósofa:

O gênero é a contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente e que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser. Para ser bem-sucedida, uma genealogia política das ontologias dos gêneros deverá desconstruir a aparência substantiva do gênero em seus atos constitutivos e localizar e explicar esses atos no interior dos quadros compulsórios estabelecidos pelas várias forças que policiam a sua aparência social (BUTLER, 1990 p. 33).

Com a afirmação de que “o gênero é radicalmente independente do sexo”, Butler fez com que se ampliasse muito a produção de pesquisas e teorias voltadas para a sexualidade e gênero que ajudaram a alargar esse conceito e o reconhecimento de identidades de gênero e identidades sexuais que estão muito além do binarismo homem/mulher, masculino/feminino.

Segundo Louro, 1997:

Observamos que os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem "viver seus desejos e prazeres corporais" de muitos modos (Weeks, apud Britzman, 1996). Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento (LOURO, 1997, p. 27).

Em *Gender Trouble (1990) feminism and subversion of identity* sua obra mais famosa, Judith Butler argumentou que as identidades de gênero são socialmente construídas por meio da linguagem. Essa afirmação recebeu a influência de John L.

Austin e sua teoria dos atos de fala, que pressupõe que as expressões verbais não são somente enunciações discursivas, mas também ações. Assim, de acordo com Butler, “gênero não é algo que somos, é algo que fazemos”, um processo particular e repetitivo, mas regulado socialmente, assim muitas vezes comportamentos específicos são aprendidos e encenados pelo indivíduo no intuito de se encaixar na sociedade. A isso, a filósofa chama de “performatividade de gênero”.

O gênero é um ato que faz existir aquilo que ele nomeia: neste caso, um homem “masculino” ou uma mulher “feminina”. As identidades de gênero são construídas e constituídas pela linguagem, o que significa que não há identidade de gênero que preceda a linguagem. Se quiséssemos poderíamos dizer: não é que uma identidade “faça” o discurso ou a linguagem, mas é precisamente o contrário – a linguagem e o discurso é que “fazem” o gênero. Não existe um “eu” fora da linguagem, uma vez que a identidade é uma prática significante, e os sujeitos culturalmente inteligíveis são efeitos e não causas dos discursos que ocultam a sua atividade (GT, p 145). É nesse sentido que a identidade de gênero é performativa (SALIH, 2015 p.67).

Diante dessas afirmações, é possível inferir que, assim como Beauvoir defendia que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, para Butler, os sujeitos são ensinados a ser cisgêneros/heterossexuais para perpetuar a hegemonia dessas classes e quando não conseguem fazer isso, muitos performam/encenam a cis/heterogeneidade para serem mais facilmente aceitos socialmente.

Quando a diversidade do indivíduo é sexual apenas, a aceitação tende a ocorrer de modo um pouco mais suavizado, porque não ocorre a *transição* corporal que demarcam características de um gênero ou de outro. Entretanto, quando há (também) a diversidade de gênero, o preconceito tende a ser muito maior devido à necessidade que a pessoa tem de performar e se ver externamente caracterizada conforme a identidade de gênero que ela considera ter.

Conforme as estatísticas apresentadas neste trabalho, o Brasil é o país em que mais se mata pessoas transgênero e travestis no mundo, simplesmente por serem *trans*. Por isso, campanhas de conscientização, debates nas escolas e investimento em políticas públicas de inclusão social se fazem tão urgentes e importantes.

2 – TRANSGENERIDADE E A EMERGÊNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Este capítulo será iniciado com uma breve definição do que é a transgeneridade e quem são os sujeitos representados pela letra “T” na sigla LGBTQIAP+; em seguida há um levantamento de dados estatísticos para um maior entendimento de como vive a comunidade trans no Brasil; e por último, uma análise que conclui que a escola funciona como um mecanismo reprodutor da LGBTfobia, por sua tradição em separar meninos e meninas, pela perpetuação de preconceitos, e também por quase sempre invisibilizar os estudantes que não se encaixam na cis/heteronormatividade, causando extremo desconforto para eles que, por não se sentirem participantes da comunidade escolar, preferem ficar fora dessas instituições.

De acordo com o dicionário Michaelis de Língua Portuguesa online, *transgeneridade* significa: forma de expressar uma identidade de gênero fora do binômio masculino-feminino²⁶. Assim, transgênero é indivíduo que não enxerga congruência entre seu corpo e seu gênero.

Conforme Berenice Bento (2011) foi na década de 1950 que surgiram os primeiros artigos científicos falando de “fenômeno transexual”. Nessa mesma época a categoria transexual entrou para o Manual Diagnóstico de Doenças mentais (DSM), pois era considerado como um transtorno mental, uma doença, o que subentendia-se que havia diagnóstico e cura. Esse discurso já foi muito polemizado, entretanto é o que reverbera fortemente na cultura e no significado atribuído aos corpos *trans* em nossa sociedade ocidental moderna. Vale lembrar que a *transexualidade* foi tirada da lista de transtornos mentais do DSM somente em 2019, passando a ser concebida como incongruência de gênero. Há no quadro abaixo outros conceitos importantes que ajudam no entendimento acerca da transgeneridade:

²⁶ <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=transgeneridade>

Quadro 1 – Termos que se relacionam à identidade de gênero e à transgeneridade

TERMO	CONCEITO
Identidade de gênero:	É a identificação do indivíduo como homem, mulher ou alguma categoria diferente do masculino e feminino.
Papel de gênero:	É a expressão pública da identidade de gênero através do comportamento e dos traços da personalidade.
Expressão de gênero:	É a maneira em que o indivíduo comunica a identidade de gênero por meio da aparência, vestimenta, cabelo, modo de falar e se comportar nas interações sociais.
Variabilidade de gênero:	É o grau em que a identidade, o papel e a expressão de gênero difere das expectativas sociais e culturais para um determinado sexo.
Não binário de gênero:	É o espectro de identidade com base na rejeição da ideia binária de que gênero é apenas uma opção entre masculino e feminino fundamentada no sexo atribuído ao nascimento.
Cisgênero:	Corresponde a uma pessoa cuja identidade de gênero coincide com o sexo biológico
Transgênero:	É um indivíduo cuja identidade de gênero difere em diversos graus do sexo biológico.
Transexual:	É a pessoa que busca ou passa por uma <i>transição</i> social que pode incluir a <i>transição</i> por tratamentos hormonais ou cirúrgicos

	a fim de se assemelhar com sua identidade de gênero.
Travesti:	Corresponde ao indivíduo do sexo masculino que usa roupas e adota formas de expressão de gênero femininas mas que não necessariamente deseja mudar suas características primárias.
Cross-dressing:	É a prática de vestir roupas e acessórios usados pelo sexo oposto
Orientação sexual:	Se refere ao sentimento de atração de um indivíduo por outras pessoas, podendo ser do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou ainda sem referência ao sexo ou ao gênero. Pessoas que não sentem atração por outras podem se identificar como assexuadas.
Nome social:	É a designação utilizada pela mulher ou homem <i>transgênero</i> ou pela travesti para se identificar de acordo com sua identidade de gênero, enquanto a alteração no registro civil ainda não foi promovida.

Criado pela autora, com base nas referências:

Seidel KM; Constanza TR, Novo L, Cabral CC, Moquedace P, colaboradores. Manejo da disforia de gênero no adulto. In: Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia; Carvalho GA, Czepielewski MA, Meirelles R, organizadores. PROENDÓCRINO Programa de Atualização em Endocrinologia e Metabologia: ciclo 9. Porto Alegre: Artmed Panamericana; 2017. P. 105-53. (Sistema de Educação Continuada a Distância, v.2).

Todos esses termos, assim como o próprio conceito de gênero, são polissêmicos (BENTO, 2011). Foram elencados aqui os que mais se relacionam com o tema deste trabalho. Considera-se importante conhecê-los para reduzir estigmas, discriminações e evitar termos errôneos e pejorativos ao interagir socialmente com indivíduos transgêneros.

Nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Há um controle minucioso na produção da heterossexualidade. E, como as práticas sexuais se dão na esfera do privado, será através do gênero que se tentará controlar e produzir a heterossexualidade. Se meninos gostam de brincar de boneca ou meninas odeiam brincar de casinha, logo terá um olhar atento para alertar aos pais que seu/sua filho/a tem comportamentos “estranhos”. Daí o perigo que a *transexualidade* e a *travestilidade* representam

para as normas de gênero, à medida que reivindicam o gênero em discordância com o corpo-sexuado. (BENTO, 2011. p.552).

Diferente da Alice do filme Alice Júnior, a maioria das pessoas parece viver em paz com o gênero que lhes foi atribuído e levam uma vida “normal”, entretanto, para boa parte dos indivíduos que se reconhece como transgênero, a rejeição começa em casa, pela família. É, quase sempre, muito complicado para os familiares aceitarem que um menino se comporte como menina e vice e versa, principalmente para a parte paterna que espera virilidade dos filhos machos e delicadeza das filhas fêmeas.

Essa opressão praticada em casa, pela família e por diversas outras instituições desde a primeira infância do indivíduo têm o objetivo claro de controlar os sujeitos no sentido de manter a hegemonia da cis/heteronormatividade que predomina nas sociedades.

Sobre esse controle, Foucault afirma que:

As disciplinas do corpo e as regulações das populações constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização de poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizada e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracterizando um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo. Velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Apesar desse alto controle, a instituição familiar, por exemplo, já foi bastante alterada. Com o passar do tempo, o modelo patriarcal foi sendo desconstruído, hoje tanto o pai como a mãe tem voz ativa na organização do lar e na educação dos filhos. As mães também se tornaram provedoras e muitos pais se ocupam de afazeres domésticos.

De acordo com as autoras Bruschini e Ricoldi:

A renda e, principalmente, a escolaridade têm efeito sobre a participação de homens e mulheres nos afazeres domésticos. Enquanto as mulheres diminuem sua participação à medida que a escolaridade aumenta, com os homens ocorre o inverso. Entre os que têm 12 anos e mais de estudo, 53% dos homens responderam que cuidam de afazeres domésticos, cifra superior à do total masculino,

51,4%. Já entre as mulheres na faixa de 12 anos ou mais de estudo, 83% afirmaram cuidar de afazeres domésticos, cifra inferior à média geral feminina, 90% (BRUSCHINI e RICOLDI, 2012, P. 269).

Entretanto, por mais flexíveis que tenham se tornado, para a grande maioria das famílias, perceber um filho/filha como transgressor/a da cis/heteronormatividade é uma decepção, desonra, desrespeito, afronta etc. São em lares assim que começam a opressão, a imposição de comportamentos típicos do sexo biológico e a tortura de, muitas vezes, ter que encenar/performar ser aquilo que não é para não ficarem até mesmo sem teto.

De acordo com Berenice Bento:

Pessoas *transexuais* e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo; enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: “não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto; quero uma cirurgia corretiva do meu sexo, não suporto esses seios que me aprisionam ao destino materno; quero mudar minha identidade civil”. Essas anunciações reverberam nas instituições como sentenças proferidas por uma pessoa *transtornada*, sem condições de significar suas dores (BENTO, 2011, p.549-550).

A maior parte da sociedade defende a hegemonia da cisgeneridade, ou seja que o gênero precisa ser masculino ou feminino conforme os órgãos genitais. Isso nos é projetado desde o momento da identificação do sexo do bebê, geralmente ainda no útero da mãe. Entretanto, a indução à identidade cisgênero não sustenta a identificação com o sexo biológico e muitos sujeitos apresentam comportamentos, desejos e postura típicas do gênero oposto, ocorre, assim, a chamada incongruência de gênero, que é quando o gênero (masculino ou feminino) não coincide com o sexo biológico (macho ou fêmea), e o indivíduo se apresenta socialmente conforme o gênero oposto ao esperado para o seu sexo, sendo por isso, chamado de Transgênero, Transexual ou Travesti ou simplesmente *trans*.

Dentre as pessoas transgênero encontram-se: as travestis, mulheres e homens trans e os não-binários de gênero.

Em sua maioria, as travestis são pessoas que nascem com o sexo biológico masculino, com aparência física masculina, mas que não se identificam como homem. Tendem a construir uma identidade de gênero feminina, mas não sentem a

necessidade de fazer uma cirurgia de redesignação sexual, por exemplo.

Já as pessoas *transexuais* são as que reivindicam o reconhecimento social e legal como mulher *trans* ou como homem *trans*. É um indivíduo que tem a convicção de pertencer ao gênero oposto, que na maioria dos casos, necessita adequar seu corpo com tratamentos hormonais e cirurgias para que sua estética coincida com a forma como se reconhece.²⁷

Os indivíduos não-binários de gênero são aqueles que não se reconhecem dentro da classificação masculina nem feminina.

De acordo com Sara Salih:

Sexo, gênero e sexualidade não existem numa relação necessariamente mútua, de modo que se, por exemplo, alguém é biologicamente fêmea, espera-se que exiba traços femininos e (num mundo heteronormativo, isto é, num mundo no qual a heterossexualidade é considerada norma) tenha desejo por homens. Em vez disso, Butler declara que o gênero é não natural, assim não há uma relação necessária entre o corpo de alguém e seu gênero. Será, assim, possível, existir um corpo designado como fêmea que não exiba traços geralmente considerados femininos. Em outras palavras, é possível ser uma fêmea masculina ou um macho feminino (SALIH,2015, p.50).

A transgeneridade é mais comum do que se pensa. Uma pesquisa realizada em 2021 pela Professora Maria Cristina Pereira Lima do Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria da Faculdade de Medicina de Botucatu da UNESP, em parceria com outros professores, intitulada *Proporção de pessoas identificadas como transgênero e não-binárias no Brasil*, mostrou que aproximadamente 2% da população brasileira é de pessoas transgênero ou não binárias²⁸. Quase 6 mil pessoas foram entrevistadas em 129 municípios de todas as regiões do país.

Em números absolutos, essa população é de aproximadamente 3 milhões de indivíduos em uma população estimada em 2020 pelo Banco Mundial em 212,6 milhões de cidadãos”. Entretanto, esse número deve ser bem maior se considerarmos que muitos indivíduos não manifestam sua transgeneridade por receio de sofrerem preconceito, *bullying*, hostilidade e violência, já que boa parte da sociedade entende que, não se enquadrar na cis/heteronormatividade, trata-se de imoralidade, doença ou aberração da natureza.

²⁷ <https://transcendemos.com.br/transcendemosexplica/trans/>

²⁸ <https://www.nature.com/articles/s41598-021-81411-4.pdf>

Por mais que se fale em democracia e inclusão, as pessoas LGBTQIAP+, ainda são discriminadas e colocadas à margem da sociedade, seja por grupos políticos, religiosos, educacionais ou outras organizações que resistem à legitimação dessa comunidade, ferindo assim os direitos humanos.

2.1 – Dados sobre a vida *trans* no Brasil

Apesar de informações sobre a população *trans* serem quase inexistentes, estimativas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, indicam que aproximadamente 2,0% da população brasileira integra a categoria *trans*, mas considera que esse número pode ser bem maior, visto que muitos casos não são devidamente registrados, por conta do descaso. Essa mesma associação afirma que a grande maioria das pessoas *trans* sobrevive de trabalhos sexuais devido ao imenso preconceito e exclusão social que sofrem, e, não havendo leis efetivas que os protejam, sua expectativa de vida no Brasil é de 35 anos.

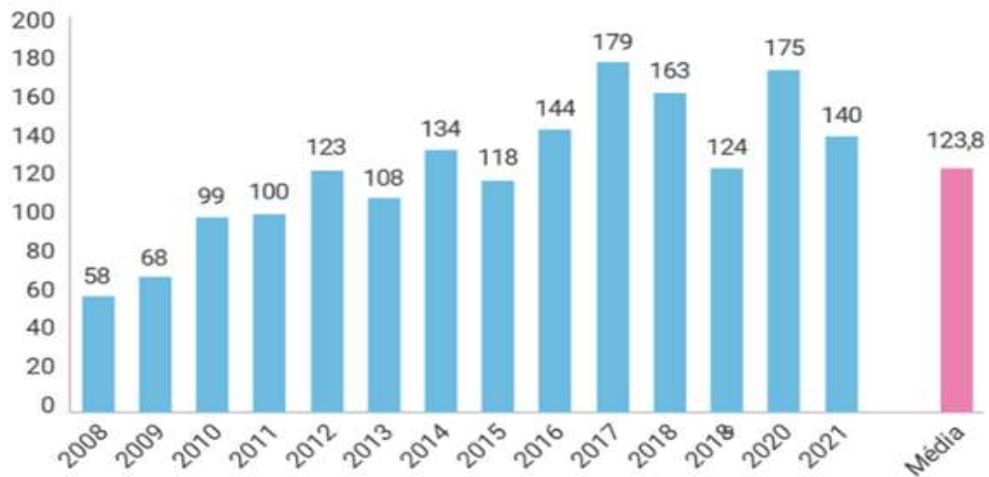
As pessoas *trans* e gênero-diversas em todas as partes do mundo são vítimas de terríveis violências de ódio, que incluem chantagens, agressões físicas e sexuais, e assassinatos. Essas formas de violência frequentemente não são relatadas e pouca atenção é dada às suas causas subjacentes, como as formas de ódio *transfóbico*, *transmisógeno*, racista, xenofóbica e antiprofissionais do sexo e as condições socioeconômicas precárias que as pessoas *trans* e gênero-diversas enfrentam em muitos contextos. Todos esses fatores expõem pessoas *trans* e gênero-diversas, especialmente pessoas racializadas, minorias étnicas, migrantes e profissionais do sexo, com graus elevados de violência. (TGEU/2017)¹⁵

Diante disso, fica evidente a necessidade de estratégias e, principalmente, Políticas Públicas que ajudem no combate à evasão escolar de discentes na condição de transgênero e quanto mais houverem estudos voltados para gênero e sexualidade, mais frequentes se tornarão as problematizações, debates acerca desses temas e possíveis intervenções para que haja mudança na realidade dessa comunidade que, na verdade, é comunidade de todos.

Hoje, o Brasil é o país que mais mata pessoas *trans* no mundo. De acordo com um relatório da Transgender Europe, entre 2008 e 2020, cerca de 1520 pessoas foram assassinadas no Brasil, quase mil pessoas a mais que no México

que é considerado o segundo país em que ocorrem mais mortes desses indivíduos, por isso, o destaque é maior para eles nessa pesquisa.

Figura 1 – Gráfico: Dados dos assassinatos de pessoas *trans* no Brasil de



Em 2021 ocorreram 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil. - Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021

2008 a 2021 ²⁹

Os números acima constam do Dossiê (ANTRA, 2021) de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. Trata-se de estudo realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em parceria com grandes universidades como a Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Federal de São Paulo (Unifesp) e Federal de Minas Gerais (UFMG)³⁰.

Pelo 13º ano consecutivo, o Brasil ficou na posição de “o país que mais mata pessoas *trans*”. Sendo que, considerando as mortes por estado, São Paulo se destaca com 25, Bahia com 13, Rio de Janeiro com 12 e Ceará e Pernambuco com 11.

De acordo com esse estudo, 78% das vítimas eram profissionais do sexo e, considerando 100 casos com informações sobre a idade 53% tinham entre 18 e 29 anos; 28% entre 30 e 39 anos; 10% entre 40 e 49 anos; 5% entre 13 e 17 anos e 3%

²⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-01/brasil-registrou-140-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2021>.

³⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-01/brasil-registrou-140-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2021>.

entre 50 e 59 anos. Reforçando as estatísticas que afirmam que a expectativa de vida da população *trans* é de 35 anos de idade.

A expectativa de vida das pessoas *trans* é de 35 anos. Essa idade estimada é menos da metade da média nacional, que é de 75,5 anos, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além de dificuldades no acesso e atendimento nos serviços de saúde, essas pessoas têm como um dos principais fatores de adoecimento, a *transfobia*, que de forma estrutural e histórica, impede que essas pessoas cheguem à velhice.³¹

Pelos dados do dossiê, foi possível observar ainda que 81% das vítimas se identificavam como pretas ou pardas, enquanto 19% eram brancas, o que leva à inferência que as pessoas transgênero negras são ainda mais violentadas do que as demais.

Segundo estudo da UFMG, 6% das travestis e *transexuais* foram expulsas de casa com menos de 13 anos de idade. Ainda conforme essa pesquisa, 91% das travestis e *transexuais* não concluem o Ensino Médio. Dados como esses demonstram a rejeição que causam a fuga do ambiente escolar e como não há políticas públicas eficientes que incentivem a estabilidade escolar desses alunos, ocorre o abandono que causa a marginalização social, já que, sem escolarização, é muito difícil a inserção no mercado de trabalho.

Embora sua função seja educar, formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, ensinar o respeito pelas diferenças, a escola, dificilmente, discute sobre gênero ou orientação sexual. Entretanto, essas questões precisam ser colocadas em debate visto que, conforme o Boletim Nº 002-2021 da ANTRA, houve no Brasil 89 pessoas *trans* mortas somente no 1º semestre em 2021, sendo 80 assassinatos e 9 suicídios. Aconteceram também 33 tentativas de assassinatos e 27 violações de direitos humanos.

Diante dessas estatísticas, estudantes homossexuais, bissexuais, transgêneros, travestis, intersexuais, assexuais, *queer*, pansexuais e outros/as que se enquadram como LGBTQIAP+, não podem ser ignorados, estigmatizados, hostilizados, discriminados, invisibilizados pois, na maioria dos casos, abandonam a vida escolar por falta de apoio da sociedade e da família.

³¹ <https://www.medicina.ufmg.br/enquanto-existir-transfobia-saude-das-mulheres-trans-estara-comprometida/>

Em consequência de estatísticas como essas, temos a indignação da comunidade e a crítica da comunidade *trans* acerca da falta de ações dos governos, parlamentos e demais instituições estatais no sentido de combater a violência contra indivíduos transgênero. O referido dossiê ressalta a importância da inserção de temas voltados para a educação sexual inclusiva nos currículos escolares. O estado precisa entender que existem inúmeros adolescentes *trans* cumprindo o ciclo: rejeitados pela família, invisibilizados nas escolas, violentados/assassinados nas ruas. Esse ciclo precisa ser quebrado imediatamente.

2.2 – Orientação sexual e identidade de gênero debatidas nas escolas

Conforme pesquisa realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil, 82% da população *trans* sofre com a “evasão” escolar e apenas 0,1% das pessoas transgênero cursam a universidade³². Tais fatos ocorrem devido ao assédio, discriminação, desrespeito e violência que essas pessoas, ainda hoje, sofrem dentro das instituições, o que nos leva a entender que o que, provavelmente, acontece de fato é uma “expulsão” disfarçada de “evasão”.

Louro afirma que:

A educação brasileira preza por um conservadorismo que considera todos/as os/as que não se adequam na heteronormatividade como: estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso ou contagioso, eles são tomados como minoria e colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria (LOURO, 2000).

É comum as escolas reforçarem os papéis de gênero, visto que tradicionalmente, ela separa os alunos em grupos distintos, pelas brincadeiras, pelos enunciados dos livros (Joãozinho tem 5 carrinhos e Maria, 3 bonecas...) que reforçam masculinidades e feminilidades, pelos banheiros específicos, pelas cores, pelos esportes específicos (futebol para meninos e voley para meninas, por exemplo) e outras inúmeras formas de distinção que consideram apenas o modelo binário masculino e feminino.

³² <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/07/26/o-acesso-educacao-para-populacao-trans/>
https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA7_ID9333_15082019094634.pdf

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, aborda essa função de reprodução ideológica da educação. Em sua teoria, defende que a escola é uma instituição legitimadora das desigualdades sociais, como um espelho que reflete a ideologia dominante da sociedade, a educação mantém e legitima os privilégios.

[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social”, uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. (BOURDIEU, 2001, p. 311).

Também nesse sentido, Paulo Freire afirma que, considerando que os currículos que determinam o que deve ser ensinado, são elaborados pela classe social que controla o processo econômico e político, “seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica” (FREIRE, 1984 p.89). Portanto, da forma como está concebida, a educação reforça os preconceitos e os privilégios.

Louro afirma que:

Desde seu início, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. (LOURO, 1997, p. 57).

Segundo diversos estudos, na maioria dos casos, é no ambiente escolar que os jovens começam a reconhecer-se como menino/menina, heterossexual/homossexual, cisgênero/transgênero ou em outras condições que determinam a sua identidade, pois lá as crianças começam a conviver com outras crianças diferentes do seu ciclo familiar e muitas vezes veem nas outras o que elas não são.

Nesse sentido, Martinelli (2006) afirma que:

Identidades pedem reconhecimento, reciprocidade, são construções coletivas. Não há como construir identidades de modo solitário e ninguém constrói identidade no espelho, pois ela é construída no cenário público, na vida cotidiana, juntamente com os movimentos sociais (MARTINELLI, 2006, p.11).

De acordo com os resultados obtidos em uma pesquisa da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), publicada em 2004, com o título *Juventudes e sexualidade*, realizada em 241 escolas públicas e privadas de 14 capitais brasileiras:

Um quarto das/dos estudantes entrevistadas/os afirmaram que não gostariam de ter colegas homossexuais. O percentual fica maior ainda quando se trata apenas dos meninos. Foram entrevistados, ao todo, 16.422 estudantes, 4.532 pais e mães e 3.099 docentes. Quando são discutidos preconceitos e discriminações diretamente vinculados à homofobia constata-se que “se trata de um tipo de violência pouco documentado quando se tem como referência a escola”. (CASTRO, ABRAMOVAY e SILVA, 2004).

Vale ressaltar que, se para um aluno com orientação sexual homoafetiva o preconceito já é grande, para um *trans* é bem maior. Isso ocorre porque os homoafetivos geralmente não têm a necessidade de alterarem os seus corpos, já os *transgênero* e *travestis*, precisam adequar sua imagem à maneira como se reconhecem.

Diante disso, uma garota *trans* ou uma travesti busca se caracterizar conforme os modelos cis femininos mais típicos, ou seja, geralmente usa cabelos longos, vestidos, unhas coloridas, maquiagem, salto alto, acessórios como brincos, colares, tiaras etc. Enquanto o *trans* masculino, deseja o oposto, ou seja, busca se caracterizar conforme a maioria das pessoas cis do sexo masculino, usando cabelo curto, bermudas, camisetas, largas, tênis, se possível barba, bigode, etc. Essa *transição* estética de um gênero para outro costuma ser bastante impactante, por isso, muitas das pessoas *trans*, após sua *transição*, mudam de escola, de cidade e até de país.

É tão traumático que, muitos dos filhos que não se encaixam nas expectativas dos pais, “preferem” sair de casa e alunos que contrariam os padrões ou não se enquadram nas dicotomias, vão sendo, aos poucos, excluídos e “preferem” evadir-se da escola para não sofrerem com o preconceito dos colegas e de educadores

despreparados. Com isso, a maioria dessas pessoas passa a viver como profissional do sexo, principalmente as travestis.

Conforme Louro (2008), devemos ter na escola, um espaço de prática política, que tanto *transforma* como pode ser *transformado*. Diante disso, é preciso considerar que não só a escola, mas a sociedade é dinâmica e pode ser mudada para se tornar mais confortável para todos os sujeitos que a compõem.

Nesse mesmo sentido, Paulo Freire afirma que:

[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (FREIRE, 1996, pag.38).

2.3 - Por uma educação sem LGBTfobia

É imprescindível que a escola seja um lugar de convivência pacífica entre todos de sua comunidade, é impossível aprender sabendo que sua presença não é bem vista, sua imagem incomoda. Para que as pessoas LGBTQIAP+ aprendam e se sintam contempladas pela educação, precisam se sentir acolhidos, respeitados, incluídos na comunidade escolar. E essa sensação só existirá se houver orientação, por parte dos governantes, para gestores, professores e alunos, no sentido de aceitar o diferente, acolhendo-o na sua diferença.

Em todas as escolas existem jovens que não se encaixam dentro dos padrões estabelecidos culturalmente para identidades de gênero e identidades sexuais. Há ainda aqueles que fazem parte de famílias com constituição diferente de homem, mulher e filhos, todos esses sofrem discriminação e preconceito. Não se pode mais ignorar ou negar que a diversidade de gênero, de sexo e de famílias se ampliou. A educação precisa falar disso democraticamente para possibilitar a construção de uma sociedade mais respeitosa e inclusiva.

De acordo com Rossi (2010),

Os jovens LGBTQIAP+ enfrentam níveis mais elevados de estresse, rejeição e bullying do que seus pares heterossexuais. Altos níveis de

estresse infantil podem afetar problemas de saúde mental, emocional e física ao longo da vida, além do desempenho acadêmico. Este problema é agravado para os jovens que também vivenciam outras experiências adversas na infância (como traumas físicos, pobreza e racismo sistêmico). Taxas desproporcionalmente altas de jovens LGBTQIAP+ contemplam e cometem suicídio em comparação com seus pares heterossexuais. Claramente, fornecer apoio a essa população vulnerável deve ser uma prioridade (Rossi, 2010).

As escolas precisam problematizar questões acerca da constituição das identidades dos sujeitos em contexto escolar, aproveitando as brechas deixadas pelo currículo, a fim de que crianças e adolescentes *trans* sejam incluídos na sociedade e aceitos do jeito que são, contribuindo para a construção da sua identidade e da sua cidadania.

É finalidade educativa formar cidadãos que saibam conviver em sociedade, então a *transgeneridade* precisa sim receber a atenção dos educadores. É urgente que se criem estratégias voltadas para a sensibilização dos familiares e pessoas que convivam com *transgêneros* por meio do diálogo acerca de questões que envolvam crianças e adolescentes que não se enquadram na cisnormatividade.

É importante esclarecer que a escola tem um papel fundamental no combate contra o preconceito e a representação de desigualdades na sociedade. Assim, é imprescindível ter um olhar atento para as questões da diversidade sexual e das construções de gênero para, desta forma, intervir nos processos de preconceito e de discriminação, compreendendo que existem corpos distinguidos por distinções biológicas, mas que, também, são marcados pela socialização (SILVEIRA, 2010).

Entretanto, de acordo com Maria (2021) o que acontece é exatamente o contrário:

“Quando na escola surgem indivíduos que fogem à sexualidade normativa, a racionalidade e a linearidade do planejamento escolar sofre um baque. O que mais se observa é uma pedagogia que tenta ofuscar a identidade destas pessoas com apelos ao respeito pela identidade heterossexual. Nada mais são que exceções à regra no ambiente escolar, onde impera a heterossexualidade são considerados diferentes os demais, extrapolando os limites da aceitação à diversidade da identidade, diferença que o currículo tenta assimilar por meio de seus discursos à “diversidade tolerada” (MARIA, 2021, p. 119).

Na tentativa de promover a conscientização, em especial dos educadores, em 2011, houve, no Brasil, uma fracassada tentativa de conscientização sobre a diversidade sexual por meio do Programa Escola Sem Homofobia, desenvolvido

pelo Ministério da Educação. Foi uma tentativa fracassada, porque a bancada mais conservadora Congresso Nacional fez com que ele fosse suspenso sob a alegação de tratar-se de um “Kit gay” capaz de induzir as crianças e adolescentes a desenvolverem uma identidade de gênero e orientação sexual fora dos padrões. Todavia, os objetivos apresentados no material são:

Alterar concepções didáticas, pedagógicas e curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social que funcionam para manter dispositivos pedagógicos de gênero e sexualidade que alimentam a homofobia.

Promover reflexões, interpretações, análises e críticas acerca de algumas noções que frequentemente habitam a escola com tal “naturalidade” ou que se naturalizam de tal modo que se tornam quase imperceptíveis, no que se refere não apenas aos conteúdos disciplinares como às interações cotidianas que ocorrem nessa instituição.

Desenvolver a criticidade juvenil com relação a posturas e atos que *transgridam* o artigo V do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Divulgar e estimular o respeito aos direitos humanos e às leis contra a discriminação em seus diversos âmbitos.³³

Em entrevista à Revista *Todateen*, o roteirista do Filme *Alice Júnior*, Luiz Bertazzo, afirmou que o filme citado foi escrito pela inspiração do Projeto *Escola sem Homofobia* que foi vetado pelo governo. Ele afirma que sua intenção é fazer com que o filme, em certa medida, cumpra o objetivo principal do projeto que era promover respeito e aceitação às diversidades sexuais e de gênero na escolas brasileiras.

De acordo com o parecer da Unesco, publicado na época, assinado por Vincent Defourny, representante da entidade no Brasil:

"os materiais do Projeto Escola sem Homofobia estão adequados às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destinam". Diz ainda que este projeto se utiliza do espaço da escola para articulação de políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens, fortalecendo e valorizando práticas do campo da promoção dos direitos sexuais e reprodutivos destas faixas etárias. O documento conclui que o "o conjunto de materiais foi concebido como uma ferramenta para incentivar, desencadear e alimentar processos de formação continuada de profissionais de educação, tomando-se como referência as experiências que já vêm sendo implementadas no

³³ <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>

país de enfrentamento ao sofrimento de adolescentes, lésbicas, gays, bissexuais, *transexuais*, travestis e transgêneros".³⁴

Projetos como esse deveriam ser incentivados, pois, além de promover o respeito, ainda orientaria nossas crianças e adolescentes no sentido de reconhecer um abuso sexual, por exemplo.

Uma vez que o processo de formação dos sujeitos está ligado aos valores vigentes da nossa sociedade, classificando e diferenciando o que é bom ou ruim, o que é positivo ou negativo, o que é correto ou errado, é preciso que estejamos atentos para não reforçar e legitimar diferenças supostamente naturais.

Essa naturalização nos processos de formação dos homens e das mulheres pode tornar-se bastante perigosa quando elas são usadas para justificar uma série de violências e preconceitos. As violências de gênero acontecem de maneira silenciosa, por isso torna-se necessária sua identificação pois, já estão tão arraigadas na nossa cultura brasileira que, às vezes, deixamos passar despercebidos ou não damos a devida importância.

Exemplos de preconceitos de gênero são facilmente observados no cotidiano. Quem nunca viu um menino ou homem vestindo cor-de-rosa ou fazendo trabalhos domésticos, ser chamado de "mocinha" por causa disso? Ou uma menina jogando bola e ouvir "lugar de mulher é em casa", "Maria macho" ou "sapatão"? Ou ainda: "meninos não choram"; "sente-se direito (até o jeito de cruzar as pernas deve ser diferente para meninos e meninas).

Esses são alguns dos inúmeros exemplos de falas machistas e homofóbicas utilizadas há décadas por grupos sociais majoritários e reproduzidas pelas famílias e pelas escolas para controlar e menosprezar aqueles considerados como anormais, *transgressores*, desviantes etc. O que fortalece a exclusão que geralmente começa em casa com a família e dificulta a permanência na escola e a inserção no mercado de trabalho.

Conforme Junqueira, 2009, p.25:

A homofobia nas escolas, atinge com maior violência e crueldade, principalmente travestis e transexuais que vivem um completo sentimento de exclusão e estigmatização. Suas dificuldades começam com obstáculos à sua própria matrícula, à participação em atividades pedagógicas, a terem suas identidades e integridade física

³⁴ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contr-homofobia-provoca-debate.html>

minimamente respeitadas até à utilização da própria estrutura física das escolas, como banheiros (JUNQUEIRA, 2009, p, 25).

Para acabar com esses tabus é que a diversidade de gênero e a diversidade sexual precisam ter espaço para serem discutidas nas escolas. A educação sexual na escola precisa acontecer de forma respeitosa a todas as diversidades sexuais e de gêneros. Assim, faz-se extremamente importante e necessária a capacitação dos profissionais da educação. Todos precisam estar abertos ao diálogo, à reflexão, à superação de preconceitos. Toda a classe de educadores deve ser comprometida com a igualdade de direitos e, principalmente com a quebra de paradigmas.

2.4 – Um convite à educação intercultural

Se a educação é uma ferramenta de intervenção no mundo, é necessário que se encontre uma maneira de ensinar que não só favoreça os favorecidos ou desfavoreça os desfavorecidos, mas que inclua a todos respeitando e acolhendo suas diferenças. Candau sugere uma educação intercultural.

Conforme afirma Vera Maria F. Candau as diferenças estão se afirmando em manifestações plurais, com diversas expressões e linguagens e os movimentos sociais reivindicam a igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural. (CANDAU, 2012). Entretanto, as diversas manifestações de preconceito acerca dessas diferenças também estão cada vez mais presentes na sociedade, e, obviamente, no ambiente escolar. Assim de acordo com ela:

[...] se quisermos potencializar os processos de aprendizagem escolar na perspectiva da garantia a todos/as do direito à educação, teremos de afirmar a urgência de se trabalhar as questões relativas ao reconhecimento e à valorização das diferenças culturais nos contextos escolares.[...] Trata-se de promover uma educação em direitos humanos na perspectiva intercultural crítica que afete todos os atores e as dimensões do processo educativo, assim como os diferentes âmbitos em que ele se desenvolve (CANDAU, 2012, p. 237, p. 247).

A educação é a melhor ferramenta que temos para questionar e *transformar* a realidade social que vivemos. É por meio dela e da cultura que podemos problematizar ideologias e promover cidadania e dignidade. Candau convida a promover uma educação intercultural crítica que visa a construção de práticas

pedagógicas comprometidas com a equidade, a democracia e a afirmação do direito à educação e à aprendizagem de toda criança, respeitando as suas diferenças.

Enquanto a escola não discutir temas assim, o preconceito e a discriminação vão existir e fazer com que essas pessoas se tornem cada vez mais excluídas e maltratadas pela sociedade. Para viver em harmonia, os seres humanos não precisam se comportar da mesma forma, ter as mesmas atitudes, vestir-se do mesmo jeito, ter o mesmo gênero ou orientação sexual. Todos têm livre arbítrio e liberdade para viverem como quiserem. Entretanto, o respeito precisa ser ensinado, ninguém nasce preconceituoso, é pela educação e pela cultura que se aprende a sê-lo.

De acordo com Paulo Freire, “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p.67). Assim, sendo a escola o principal lócus da educação, é nesse espaço que se deve discutir com muito respeito questões de gênero e sexualidade e tantas outras presentes na nossa cultura. Afinal, as nossas diferenças não se limitam ao gênero e à sexualidade. Todos em algum momento, mesmo não sendo parte dos grupos minoritários, sofremos um *bullying* ou alguma forma de preconceito. Somos todos componentes de uma mesma sociedade, por mais que queiram nos dividir em comunidades ou grupos distintos, todos somos indivíduos sociais e precisamos conviver respeitosamente.

Diante de todos os dados e estatísticas apresentados neste estudo, conclui-se que a comunidade LGBTQIAP+ logrou algumas conquistas importantes em relação aos seus direitos de modo geral. Entretanto, há muito a ser alcançado. Os dados trazidos ao longo dos dois primeiros capítulos deste trabalho, deixam evidente a situação de discriminação e vulnerabilidade que grande parte dos indivíduos com sexualidade e gênero diversas ainda enfrentam. Na educação, especificamente, há muito o que avançar e para que isso aconteça é necessária intervenção estatal urgente, com políticas que estimulem e garantam a permanência desse público na escola.

É urgente que haja a criação leis e direitos específicos que supram as necessidades e particularidades desse grupo, pois, como sujeitos dos direitos humanos no mundo que são, esses indivíduos devem ter a sua dignidade humana garantida, assim como todas as suas liberdades. Só assim, conseguiremos combater preconceitos e fobias que historicamente fazem parte das suas vidas.

3 - CINEMA, TRANSGENERIDADE E A ESCOLA NO FILME *ALICE JÚNIOR*

Neste capítulo, será feita a análise de conteúdo do filme *Alice Júnior* com base na Teoria de Laurence Bardin.

Conforme relatado na justificativa, a escolha do filme *Alice Júnior* como objeto de estudo desta pesquisa se deu por causa do seu tema que é voltado para a transgeneridade adolescente na escola. Após a determinação do referido objeto de estudo, foi realizada a pré-análise com as leituras flutuantes sobre o filme e, principalmente sobre o tema. Além da visualização de vídeos relacionados, disponíveis na internet.

Inicialmente, abordaremos o aspecto formativo do cinema, em seguida, serão analisadas algumas categorias que constituem o filme, todas voltadas para a construção da identidade da protagonista.

3.1 O cinema enquanto arte e ferramenta pedagógica

Ir ao cinema para assistir a filmes é uma atividade praticada em todo o mundo como forma de entretenimento e lazer. O fato é que em tempos de pandemia de COVID 19, tivemos que evitar esses passeios e assistir filmes nas nossas salas, já que é recomendado o isolamento social em casa para contenção do contágio. O cinema é excelente refúgio e distração para toda a sociedade. Conforme Adorno e Horkheimer (2009), um dos seus papéis é o de diminuir a tensão existente entre o mundo do entretenimento e o real, pois o espectador passa a ver a sua realidade como extensão/representação do fictício.

O cinema é Arte e conforme Fischer (1987, p. 252) “A magia da arte está em que, nesse processo de recriação, ela mostra a realidade como passível de ser transformada”. Desse modo, o filme *Alice Júnior* não representa a realidade de muitas das pessoas trans do Brasil, mas sim uma realidade que poderia acontecer. Assim, é evidente que a utilidade dos filmes vai além do entretenimento, eles podem ter função pedagógica, ensinando diversas coisas, entre elas, modos de ver, de ser, de pensar, de se relacionar etc.

Embora seus interesses mercadológicos requeiram reservas ideológicas, pois, segundo Rosenfeld (2009, p.35), deve-se considerar que o cinema é, “essencialmente, uma Indústria de Entretenimento, que também faz uso de meios estéticos para obter determinados efeitos e para satisfazer a um grande mercado de consumidores”, os filmes possibilitam uma rica leitura de mundo por meio de imagens. Podem ser, portanto, ferramentas pedagógicas poderosíssimas. Ao ver um filme, nos cabe entender o significado que ele tem no seu contexto social. Tal como afirma a autora Rosália Duarte:

Analisar filmes ajuda professores e estudantes a compreender (apreciar e, sobretudo, respeitar) a forma como diferentes povos educam/formam as gerações mais novas. É sempre um novo mundo, construído na e pela linguagem cinematográfica, que se abre para nós quando nos dispomos a olhar filmes como fonte de conhecimento e de informações. (DUARTE, 2002, p.106).

Portanto, de acordo com a mesma autora, “ver filmes é uma prática social tão importante, do ponto de vista da formação cultural e educacional, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais”. Duarte, 2002, p. 17.

Além disso, Champangnatte afirma que:

Nas escolas, é comum a utilização de vídeos educativos. Em Champangnatte (2009), está posto que o Ministério da Educação possuía duas estratégias de abastecimento de vídeos na escola: uma, com base na programação da TV Escola (emissora de TV pública), em que as escolas recebiam uma parabólica, uma televisão e um vídeo-cassete [sic], para gravar a programação desse canal; outra que consistia no envio de caixas contendo DVDs (programa Dvd escola) com vídeos de diversos assuntos. [...] A produção de vídeos educativos não é uma estratégia recente e, apesar de não ser um processo contínuo, iniciou-se no Brasil, na década de 1930, com a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo, INCE (CHAMPANGNATE, 2013, p. 51).

Depois da popularização do videocassete, do DVD, pen-drive, computador e a própria internet, professores tiveram a possibilidade de levar filmes/trechos de filmes ou vídeos para a sala de aula com objetivos pedagógicos.

De acordo com Bettoni,

Promover uma educação pelo cinema, portanto, é potencializar o espectador como sujeito que pensa, reflete e vai além do que é visto. Só se aprende a ver cinema vendo. Mas, diante da importância da

imagem na nossa sociedade, é preciso ir além do ver e conferir sentido à experiência do cinema. Usar sua realidade, exposta na ficção, não como um modelo para a realização dos desejos, mas como algo que nos ajuda a compreender nossos desejos, a nos posicionarmos diante do mundo como seres críticos e pensantes, e não como meros espectadores do cinema, das imagens, das relações e do mundo (BETTONI, 2011, p. 156).

Entretanto, é sabido que muitas vezes os filmes são utilizados apenas como um atrativo para manter os alunos em sala de aula sem comportamentos inadequados. Entretanto, o ideal seria que o cinema se tornasse uma disciplina prevista em currículo recebendo a devida atenção que merece e proporcionando aos estudantes um aprofundamento nessa arte tão rica de possibilidades.

3.2 Conhecendo *Alice Júnior*

O filme começa mostrando uma frase pichada em um muro próximo ao prédio de Alice, em frente à praia de Boa Viagem: “Existem corpos que você não imagina, mulheres com pau, homens com vagina”, como uma espécie de apresentação do tema do filme. Em seguida, vão aparecendo imagens do prédio e do apartamento em que Alice mora.

As câmeras passam rapidamente pelas fotos penduradas pelo apartamento, de Alice, ainda vestida como um menino, nos braços de sua mãe. Por essas imagens é possível inferir que o roteirista quis que Alice surgisse em um ambiente intercultural pela mistura de raças, etnias, culturas, sotaques etc, considerando seu pai branco e francês e sua mãe negra brasileira. É importante observar também que a maior parte dos pais, rejeitam a identidade incongruente dos filhos, especialmente *trans* femininas que quebram a tradicional expectativa do filho macho. No caso de Alice, seu pai é um grande amigo que a defende, mas sempre impõe-lhe certos limites.

Na sala do apartamento é possível ver uma decoração clássica com cores neutras em tons amarronzados, tudo muito organizado e limpo, mas já na entrada do quarto de Alice, fica tudo colorido com *emojis* e fotos por todo lado, além de pôsteres de artistas famosos como a cantora *drag queen* brasileira Pablo Vittar e do filme icônico para a comunidade LGBTQIAP+, o musical *Priscila a rainha do deserto*, entre outros.

Na primeira aparição de Alice, ela está em sua cama gravando o quadro *Alice Responde* para o seu canal no *youtube*. Nesse momento, informações sobre a protagonista são reveladas por meio das respostas que ela vai dando aos seus seguidores e acontece uma mistura entre o que Alice está vivendo e o que ela está gravando. Em meio a onze memes da cantora brasileira Gretchen³⁵, Alice conta sobre o reality *Next Teen Top Model* que participou em São Paulo e foi vice-campeã, o que lhe rendeu visibilidade na internet, por ela ter arrancado a coroa da campeã em protesto pelo seu segundo lugar.

Ela responde a pergunta de uma seguidora sobre ainda não ter beijado, mas ter planos nesse sentido e, quando Alice vai falar sobre como escolheu o seu nome, seu pai a interrompe para dizer que terão que se mudar, por alguns meses, para uma cidade no interior do Rio Grande do Sul por exigência do trabalho dele.

Alice fica *transtornada* com a notícia e grita um “socorro” que conforme a animação, atravessa o planeta. Ela entende que sua vida será toda alterada por mudar de cidade, de escola, de amigos etc. Logo na chegada à nova cidade, a representante da imobiliária que aluga a casa para o pai de Alice, já a chama de rapazinho, de andrógino, insinua que ela é gay e para completar diz que a casa será ótima para ela, por ser isolada. O francês, afirma que não quer isolar a filha de nada e Alice se defende dizendo: “Eu sou hetera, tia”.

Apesar de seu ótimo relacionamento com o pai, por revolta, a adolescente fica sem falar com ele desde que saem do apartamento em Recife, até que, uma amiga antiga da capital Pernambucana, envia para Alice um vídeo do pai dela entregando-lhe os primeiros comprimidos de hormônios femininos receitados pelo endocrinologista para a sua *transição*, para lembrar a menina do quanto o seu pai é incrível.

Após isso, Alice vai até o pai e diz: “Pardon, painho”, misturando o sotaque francês com o nordestino e reconciliando-se com ele, que em seguida, responde suas perguntas a respeito da nova escola. Jean Genet diz para a filha que trata-se do Colégio Católico do Coração Sagrado de Nossa Senhora da Redenção, ele afirma que era o melhor que tinha. Contrariada, Alice diz um palavrão em francês e é reprimida pelo pai que sempre lhe cobra pronúncia correta, bons modos à mesa e

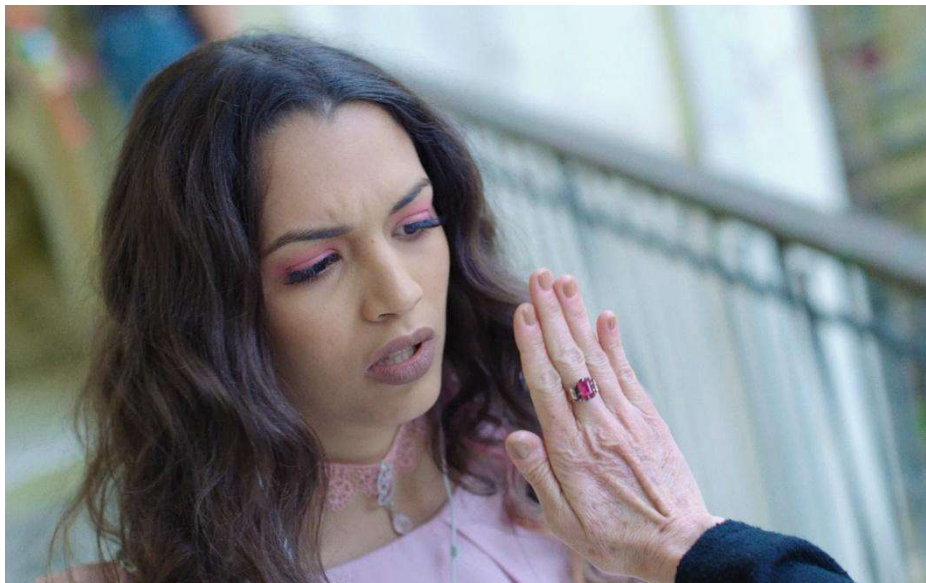
³⁵ Maria Odete Brito de Miranda de Souza, conhecida artisticamente como Gretchen, é uma cantora e empresária brasileira. Chamada de “Rainha dos memes”, é mãe do político *transman* Tammy Miranda.

finesse com as palavras. Segundo ele, apesar de seus esforços, Alice é uma “*trans boca suja*”, característica que traz certo humor a muitas cenas do filme.

Na nova casa, Alice também marca a sua identidade com almofada de paetês, abajur de unicórnio, fru frus coloridos, pôsteres e outros objetos extravagantes. Na parede, *há* a bandeira azul e rosa da comunidade *trans*.

Logo no primeiro dia de aula, Alice aparece vestida de diva, chamando a atenção de todos. Os efeitos gráficos, a música “Cheguei” da cantora Ludmilla e os olhares dos demais alunos do Colégio, demonstram o impacto da sua presença. Alice vai andando para a sala de aula como em um desfile até que a Diretora a interrompe com a mão em frente ao seu rosto e a leva para a sua sala. Lá, com um traje quase militar, a gestora diz para Alice: “Eu não sei de que buraco você saiu, mas aqui em Araucárias do Sul, os alunos não costumam vir fantasiados para a escola”. Logo em seguida, ela manda buscar um uniforme masculino para Alice e a chama pelo seu nome de batismo, Jean Genet Júnior, numa cena escura e com barulho de trovões que demonstram a tensão desse momento na vida da garota.

Figura 2: Alice sendo barrada pela diretora Rosa



Fonte: <<http://sentaai.com/critica-alice-junior/>>

Alice então é escoltada, como um presidiário pelo zelador para uma sala, para trocar de roupa, os efeitos gráficos reforçam a ideia de prisão. Vê-se, então, obrigada a despir-se das roupas e acessórios tipicamente femininos, como uma

tentativa de fazer sua imagem corresponder com o sexo masculino, entretanto, isso não faz de Alice um menino. Pelo contrário, a garota “dá seu jeitinho” e customiza o uniforme, ajeita o cabelo e mantém sua feminilidade.

Ao entrar na sala de aula, Guilherme já provoca a moça, dizendo que veados podem sentar atrás, Alice imediatamente revida derrubando a carteira dele no chão e o professor manda o garoto para a Diretoria e Alice para o seu lugar na sala.

Alice se sente perseguida por Viviane, que se diz repórter da escola e vê em Alice uma “personalidade a ser entrevistada”, assim, cerca Alice por onde ela vai. Ao ver Alice meio perdida, Taísa pergunta se ela precisa de ajuda e ela diz que só está tentando fugir da “webmala”. Taísa mostra sua tatuagem de verdade à Alice que fica encantada e pergunta se os pais dela deixaram, numa fala desrespeitosa, ela demonstra não se importar com a opinião dos pais, enquanto Alice diz que não vê a hora de tatuar sua gata Rinoceronta, mas tem que ser bem pequena para o seu pai nem ver. Nesse momento, Alice ratifica mais uma vez, o quanto seu pai tem influência sobre a sua vida.

É nessa cena também que Alice faz uso do pajubá³⁶ dizendo: Eu preciso “refazer o *tucking*”. Taísa não entende e ela diz em outras palavras: “acuendar a neca”. Essas expressões típicas da comunidade LGBTQIAP+ significam: fazer xixi. Alice precisa da cobertura de Taísa porque foi barrada por outras alunas ao tentar usar o banheiro feminino e não se sente confortável em usar o masculino, então, ela vai a um canto escondido. Ela e Taísa se tornam amigas. O que Alice só vai descobrir mais tarde é que Taísa é a namorada de Bruno, o garoto por quem ela vai se encantar.

Outro problema que Alice enfrenta na nova escola é a questão do seu nome social. É mostrada uma sequência de aulas em que diferentes professores, no momento da chamada, insensivelmente pronunciam: “Jean Genet Júnior” em vez de Alice Júnior, fato que a faz sentir-se desrespeitada e nem responder. Até que um dia, o professor de História, passa a chamá-la pelo nome social e ela sente mais incluída.

Impedida de usar qualquer banheiro da escola, Alice passa pelo grande constrangimento de não conseguir conter a urina e todos veem o líquido escorrer pela sala, fato que é detalhadamente gravado por Guilherme e exposto na internet.

³⁶ Pajubá é um dialeto da linguagem popular constituída da inserção em Língua Portuguesa de numerosas palavras e expressões provenientes de línguas africanas ocidentais, muito usado pelo chamado povo do santo, praticantes de religiões afro-brasileiras como candomblé, e também pela comunidade LGBTQIAP+.

Nesse dia, ao buscar a filha na escola, Jean Genet apresenta sua advogada Mara Rocha à Diretora Rosa via chamada de vídeo, na qual, Mara esclarece que as pessoas têm o direito de usar banheiros e espaços públicos conforme sua identidade de gênero e reforça que no caso de Alice é o feminino. E, apesar de a diretora afirmar não se sentir ameaçada, sua expressão facial, demonstra certa preocupação.

Alice fica tão chateada com a situação do banheiro que afirma que nunca mais pretende voltar àquela escola e em uma das cenas mais dramáticas do filme, pergunta ao pai, chorando:

- Painho, por que eu existo?
- Que pergunta é essa, Alice?
- Eu só me *fodo*. Então, por que eu existo?
- Alice...Você existe para brilhar!

Após alguns dias sem ir à escola, a moça é surpreendida pelo casal Taísa e Bruno convidando-a para dar um passeio de motocicleta pela cidade. Nesse passeio, Taísa segue um caminho diferente para irem ver o pôr do sol e Alice tem um breve momento a sós com Bruno. Ele fala sobre ela não parecer *trans* e ela destaca que isso não é uma coisa boa a se dizer para uma *trans*, porque ela é mulher independente de ser bonita, e ainda pergunta: “O que é ser bonita? Depois desse papo que Bruno chama de “muito chapado”, ele pede se desculpa com Alice e ela pergunta se ele namoraria uma menina *trans* e ele responde que já tem namorada. Alice fica sem graça, mas na continuidade da cena, Bruno faz sons de beatbox e pede para Alice fazer umas rimas, então ela canta: “As pessoas não entendem, elas não têm paciência, mas o que mal sabem é que meu corpo é resistência”.

Essa é uma das frases de mais impacto do filme, pois demonstra que, apesar de toda a pressão e da ditadura cisnormativa, corpos *trans* existem e resistem.

Taísa aparece e pergunta o que Alice achou, se referindo ao pôr do sol, mas Alice, sabendo da curiosidade do casal sobre o seu retorno para a escola diz: “Quer saber? Nossa Senhora da Redenção vai ter que engolir uma aluna *trans* sim. E quem não gostar que vá à merda!” Bruno e Taísa comemoram gritando: Vai Alice!

Nesse momento, Alice faz o que muitas pessoas *trans* não conseguem, que é superar o preconceito, a hostilidade, as chacotas e seguir a vida escolar. Como

mostrado no capítulo anterior, a maioria das pessoas *trans* abandonam a escola por não se sentirem incluídas/ respeitadas nos espaços educacionais.

Alice retorna de cabeça erguida sob uma música que afirma que é necessário enfrentar leões. Após ser surpreendida por um convite de Manuela para sua *poolparty*, Alice vê Guilherme e seus amigos numa rodinha jogando o *tablet* de Lino como se fosse uma bola e resolve defendê-lo.

Os outros alunos assistem a cena como se fosse um espetáculo, gravando tudo e gritando: “briga, briga”. Ela chama Guilherme para brigar com alguém do seu tamanho e ele pergunta se seria ela “Paraíba de merda” ao que ela responde, “Eu nem sou da Paraíba, seu piá de bosta”, numa referência à variação linguística típica do Sul do Brasil. Guilherme revida chamando-a de “traveção” e pede que ela repita o que disse, Alice repete compassadamente e Guilherme, furioso, tenta acertar um soco no rosto dela que desvia e imediatamente acerta o nariz dele e diz: Está achando que travesti é bagunça. Nesse momento, aparece o zelador dizendo: “Sem toques, sem toques”. Tudo é devidamente gravado e postado pelos alunos com a legenda “Menina *trans* se vinga de *cyberbullying*³⁷” e em pouco tempo tem mais de um milhão de visualizações.

Essa é uma cena importante do filme, pois demonstra o quanto Alice é fiel à comunidade LGBTQIAP+, mesmo Lino tendo a hostilizado no início, dizendo que não era igual a ela e que fazer amizade com o travesti do Ensino Médio estava fora dos seus planos de sobrevivência. É um momento de certa vingança (não planejada) por conta do *cyberbullying* que Guilherme fez com ela ao expô-la ela fazendo xixi na sala de aula. E, principalmente, é uma cena que mostra o quão forte e corajosa Alice é, contrariando a afirmativa da diretora de que ela era um dos garotos delicados do Colégio.

O pai de Alice e as mães de Lino e Guilherme, são chamados na diretoria para conversarem sobre a confusão dos filhos. A mãe de Guilherme se refere à Alice como uma “aberração” ao que Jean Genet rebate: “Meça as palavras para falar da minha filha!” A Diretora refere-se a Lino como “o bonequinho que foi vítima” e suspende Alice e Guilherme.

Essa cena ilustra bem o quanto a escola (diretora) é reprodutora da LGBTfobia praticada pela sociedade (mãe de Guilherme).

³⁷ Bullying pela internet.

O pai de Alice chama a atenção da filha por conta da briga. Ela afirma que o colega mereceu e ressalta os privilégios do pai, dizendo que para ele é fácil falar: homem, branco, cis e hetero... A mãe de Lino encerra a discussão dos dois convidando-os para almoçar na casa dela, no dia seguinte, em agradecimento pela atitude de Alice em defender seu filho.

Lá, eles entendem que os filhos não são amigos, mas começam a se entender quando Lino leva Alice no seu ateliê e ela se encanta pelas roupas estilizadas por ele, conta que já desfilou para um estilista famoso e se dispõe a ajudá-lo a divulgar seu trabalho.

Enquanto Alice e Lino se divertem no ateliê Marisa apresenta sua propriedade para Jean. Mostra sua linda pinha imperial e apresenta-lhe o sabor de sua seiva. Nesse momento, acontece algo inesperado... Jean pergunta à Marisa se ela é bióloga ou coisa assim e ela responde ser Cachaceira, ou seja, ela garante seu sustento fabricando cachaça artesanal com a seiva da araucária na destilaria que tem no seu quintal. Jean prova e aprova a produção da amiga que revela a ele que existe uma flor dentro da pinha que somente pode ser vista por quem encontrar a sua verdadeira essência. O perfumista fica instigado a encontrar essa flor.

No dia seguinte, Alice e Viviane vão à *poolparty*³⁸ de uma “patricinha” do colégio. O pai de Alice é quem as leva e antes de descer do carro Alice pergunta se está feminina e o pai responde que ela está linda, imediatamente ela diz que não isso que ela perguntou. Nessa hora o pai demonstra todo o seu cuidado de pai dizendo: “Se precisar de mim, é só chamar que eu venho correndo”. Logo na chegada, Guilherme provoca Alice chamando-a de mijona e comparando-a com a carta de baralho dama-de-paus. A garota apenas mostra-lhe o dedo do meio.

Alice e Viviane se sentam na beira da piscina e comentam sobre o fato de a festa estar entediante, uma espécie de uma reunião de condomínio. Nesse momento a música ao fundo é *Menina Veneno*³⁹ e elas lembram quão bom seria se fosse *Lady Gaga*⁴⁰. Taísa chega, cumprimenta as duas e pergunta se Alice a está evitando, ao que Alice responde “não”. Taísa pergunta: “também está menstruada?” e Alice diz: “Eu não menstruo, né Taísa? Mas agradeço o elogio”. Se referindo ao fato que perguntá-la sobre sua menstruação trata-se de um elogio, visto que é algo que

³⁸ Festa à beira da piscina.

³⁹ Música brasileira de 1983, interpretada pelo cantor Ritchie.

⁴⁰ Famosa cantora pop estadunidense contemporânea.

somente acontece com as mulheres, portanto ela estaria sendo igualada a uma. Alice então diz não poder por não estar de biquíni e sim com enchimento para imitar os seios.

Enquanto Viviane e Taísa jogam cartas, Alice vê Bruno emergir da piscina, uma cena que faz brilhar seus olhos. Ele senta ao lado dela e comenta que a sua alegria de ir nessas festas de patricinhas é ver a cara delas ao se depararem com um preto nadando na piscina. Nessa fala, Bruno faz referência ao racismo que, assim como a LGBTfobia é um tipo de preconceito muito recorrente em nossa sociedade.

Ao ver Bruno e Alice conversando, Taísa chama Bruno para jogar com ela e Viviane volta a sentar-se ao lado da amiga. Elas estão conversando quando de repente acontece a cena mais transfóbica e também de mais sororidade do filme. Guilherme, com a ajuda do seu amigo que segura Viviane, arranca a blusa e o sutiã de Alice violentamente, expondo seu tórax sem seios e a joga na piscina. O que ele, nem ninguém esperava era o comportamento solidário das outras meninas que, imediatamente começaram a arrancar a parte superior dos biquínis e pular piscina, dizendo: “Mexeu com uma, mexeu com todas”.

De acordo com a atriz, Ane Mota, em entrevista à Revista Teen, essa foi a cena mais difícil de ser gravada por conta da exposição do seu corpo e também porque estava um dia muito frio e a água estava gelada. Ela relata que ficaram pouquíssimas pessoas no set de gravação, para que ela pudesse se sentir mais à vontade e, depois da cena pronta, o diretor enviou duas versões para ela decidir qual iria para o filme, uma versão escondendo o tórax dela e outra com tudo à mostra. Ane entendeu que seria importante para o enredo do filme e chorando, autorizou a segunda opção.

No dia letivo, seguinte ao evento da piscina, quase todas as meninas, lideradas por Alice, entram juntas no Colégio com cartazes em protesto à desigualdade de gênero e o banheiro com a inscrição “feminino” passa a ser “banheiro feminista”.

Alice se sente vitoriosa e confiante novamente. Com a ajuda de Viviane volta a gravar seus vídeos “Alice responde”, mas, finalmente, o pai dela consegue encontrar a essência a Pinha Imperial que era o objetivo do seu trabalho em Araucárias do Sul. Diante disso, ele avisa à filha que retornarão para sua casa em Recife. Viviane fica triste e Alice, confusa.

Para despedir-se de Araucárias do Sul e dos amigos que fez por lá, Alice organiza uma animada festa na qual faz um discurso de empoderamento dizendo que aquela é a “noite da revolução” em que todos devem deixar seu corpo se amar, se expressar, se *transformar* e até sair do próprio corpo.

Nessa festa acontece o seu tão sonhado primeiro beijo, não em Bruno, como ela idealizava, mas sim um beijo roubado de Thaísa (cisgênero) o que configura um beijo homoafetivo, já que Alice se identifica como “mulher, *trans*, hetero”, e demonstra a bifaetividade de Taísa. Trata-se de um final inusitado, mas, há indícios de que isso poderia acontecer pelo modo como Taísa olha para Alice desde o momento que se conhecem, demonstrando certa curiosidade e fascínio.

Pelo tema abordado e pela nossa cultura em associar a comunidade LGBTQIAP+ ao despudor, à libertinagem e ao vocabulário indecente, o filme surpreende. Em alguns momentos, Alice até fala “palavrões” entretanto suas maiores mensagens são de aceitação, empoderamento e amor, como é o caso da última:

O mundo é mesmo uma confusão sem tamanho. Só sei que cada um de nós deixa um pedacinho que seja por onde passa e um pouquinho de amor sempre pode regar uma semente prestes a semear. Dizem que não importa quão longe estamos, somos sempre responsáveis por levar felicidade dentro da gente pra onde quer que a gente vá. Araucárias do Sul, mesmo na sua pequenez, me deu a certeza de que eu posso enfrentar o mundo. Não importa o que você é, mas quem. E pra chegar a essa conclusão, a gente precisa se deixar “TRANS – BORDAR”.

O filme, que começou com Alice gravando um vídeo, termina da mesma forma, mas dessa vez ela está dentro do carro, rumo à Recife e faz um questionamento diretamente ao telespectador, provocando-o a refletir sobre a própria identidade. Ela diz: “bem galerinha, vocês me conhecem como Alice Júnior, sou *trans*, sou osso duro de roer e estou pronta para o que der e vier. E você, quem é?”

Em seguida, aparece a imagem de Araucárias do Sul sob um lindo arco-íris, representando a marca LGBTQIAP+ que foi imprimida por Alice naquela cidade.

Por fim, não há como não ressaltar um belíssimo trabalho de animação que ilustra as principais cenas do filme ao som de uma música cuja mensagem também se relaciona à história da protagonista:

Preparei o meu terreno/Vim dizer porque eu venho
Transformar é o que faço/ *Transbordar*, tomar espaço
 Não tenho medo do futuro/ Logo não haverá muros
 Nosso corpo é nosso lar/ Aqui eu amo e vou morar
 [...]De alegria com resistência quebrando tudo eu vou
 [...]Tenho mais que um convite, vem!
 Tá todo mundo convidado pra ver a parada do orgulho de ser eu.

3.3 - Considerações acerca do filme

Conforme o resumo acima, *Alice Júnior* é um filme que conta a história de uma adolescente *transgênero* de cerca de 16 anos, estudante do Ensino Médio, *youtuber* e modelo de classe média, que vive com o seu pai, o francês Jean Genet, e sua gata Rinoceronta em Recife e depois precisa se mudar para o Sul do País, por isso a referência às casas de Alice.

O filme não conta exatamente como e quando se deu a *transição* da garota, mas fato é que ela nasceu com pênis, o que, conforme a nossa cultura, faz dela um indivíduo do sexo masculino. Entretanto, esse órgão não determinou seu gênero que é feminino e pelo que o filme demonstra, tal órgão genital não a incomoda ao ponto de a moça falar em uma cirurgia de mudança de sexo.

Desde cedo, ao que o filme indica, Alice demonstrou sua incongruência de gênero. Ele conta que aos nove anos, ela envergonhou ele e a mãe dela por ter sido indelicada com um pediatra que lhe disse que ela já estava se tornando um “hominho”, o que significa que naquela idade, Alice já sabia quem era e sua família a apoiava, entretanto ela afirma, em entrevista para Viviane, que não conhecia o termo *trans* e sua repercussão na sociedade.

Ela ficou órfã de mãe aos 11 anos e quem cuidou dela, sozinho, a partir de então, foi seu pai. Fato que configura uma família fora do padrão estabelecido de pai, mãe e filhos.

Alice Junior é um marco do cinema brasileiro, pois oportuniza que uma pessoa *transgênero* se apresente na tela como protagonista de uma história que a representa. Normalmente, são atores cisgênero que interpretam o personagem *transgênero*, configurando o que passaram a chamar de “*trans fake*”, e que acontece muito, especialmente no cinema internacional, como no filme *A garota dinamarquesa*, por exemplo, em que a protagonista, Lili Elbe, é interpretada pelo famoso ator Eddie Redmayne (protagonista do filme *A teoria de tudo*), cisgênero. No caso de *Alice Júnior*, a protagonista é interpretada por Anne Celestino que, de fato, é uma garota

transgênero, ou seja, viveu/vive “na pele” situações parecidas com as que Alice passa no filme e, por suas experiências pessoais, chegou a até mesmo contribuir com o roteiro do filme.

Segundo o roteirista Luiz Bertazzo, em entrevista ao canal do *youtube* da Revista *Todateen*, o filme foi pensado em resposta à impugnação do Projeto Escola sem Homofobia, citado no Capítulo 2 deste trabalho. Bertazzo relata que quis alcançar com o filme os mesmos objetivos do projeto que eram de informar e orientar como lidar com uma pessoa LGBTQIAP+ primando pelo respeito e acolhimento, mas de um modo fabular, leve e divertido. Ele afirma que foi difícil em sua condição cisgênero, abordar o universo *trans*, mas nisso, a atriz Ane Mota, ajudou muito.

De acordo com Gil Baroni, também em entrevista à revista citada acima, o filme é fabular por assemelhar-se, em alguns aspectos, ao clássico *Alice no País das Maravilhas* de Lewis Carrol, a começar pelo nome da protagonista que foi escolhido porque a mãe dela lia todas as noites as aventuras da personagem infantil. Outra referência é que a Alice do livro vai para um mundo totalmente diferente do dela, bem como acontece com Alice Júnior. É também possível observar o fato de os pais das duas Alices serem perfumistas franceses. E temos ainda a diretora da escola que, com seu penteado estranho, seus movimentos com as mãos e a sua tirania, lembra a Rainha de Copas.

O diretor afirma que quando viu o roteiro, ficou bastante interessado na história, entretanto, a princípio Alice escrevia suas aventuras em um diário, Gil achou mais interessante e atual fazer dela uma *blogueira/youtuber*, porque isso seria mais próximo do público jovem que faz tudo com o celular. Pensando nessa banalização e versatilidade do celular com suas câmeras e variedade de aplicativos para editar vídeos e fotos, inseriram os elementos gráficos em neon, os *memes* e demais itens que são encontrados nas redes sociais, deixando o filme visualmente mais colorido e divertido.

Anne é natural de Recife e sua mãe foi quem a levou à Curitiba fazer o teste para interpretar Alice Júnior. Ela rapidamente ganhou o papel por ser militante da causa LGBTQIAP+, ter vivido experiências e dominar linguagens que somaram com o roteiro do filme.

De acordo com Guacira Lopes Louro,

Até recentemente, personagens não-heterossexuais raramente se constituíam em protagonistas das tramas cinematográficas ou, quando isso acontecia, sua representação era, quase que invariavelmente, construída a partir da ótica dominante. Recursos fílmicos, usualmente, levavam a plateia a perceber tais personagens como “o outro” e não como alguém que desejasse ser ou com quem pretendesse parecer. Pouco a pouco, contudo, alguns filmes passam a representar os/as “desviantes” de um modo “positivo”, desejável, e/ou a desenvolver a narrativa a partir da ótica desses sujeitos (LOURO, 2008, p.87).

Alice Júnior é uma dessas personagens inspiradoras para qualquer jovem, não só por sua beleza e engajamento, mas por sua determinação em ser quem sente que é, expor e impor isso como acontece quando ela chega vestida de Diva na escola; por sua capacidade de não se vitimizar diante de situações difíceis, ela sofre, mas não acovarda-se, como quando volta para a escola depois do episódio do xixi em sala de aula; por sua consideração ao pai, a quem questiona mas respeita, pois sabe o quanto ele a ama, exalta e defende; por sua lealdade aos amigos, especialmente ao casal Bruno e Taísa, visto que, apesar de seu interesse por Bruno, Alice não se coloca entre os dois. Ela também é leal ao colega Lino e à comunidade LGBTQIAP+. Ele é um garoto gay que a princípio, recusa a amizade dela, configurando transfobia dentro da própria comunidade. Mas, quando ele sofre um ataque na escola, é Alice quem corre para defendê-lo.

O filme é bastante representativo para a comunidade LGBTQIAP+ porque, além da protagonista *trans* e o colega Lino que é gay, ainda aparece a aluna que a princípio era Sininho e oprimia Alice no banheiro e, ao final, se assume lésbica, confirmando a suspeita da garota *trans*, e é batizada por ela como Rita Rubão. Ainda tem a Taísa que namora Bruno, mas se mostra bissexual quando beija Alice. É importante observar que, como na vida real, no filme não tem só a comunidade LGBTQIAP+, afinal eles não vivem em uma bolha. A heterossexualidade que também é uma identidade sexual, é evidenciada pelos personagens Bruno, pelo pai de Alice e Marisa, mãe de Lino que se relaciona com o Pai de Alice.

Ganhador de quatro Candangos entre outros prêmios importantes, o filme *Alice Júnior* incomodou a muitos espectadores por tratar o tema da transgeneridade de modo mais leve, sem escancarar as graves violências enfrentadas na realidade. Devido a isso surgiram comentários, tais como:

“Fantasia *trans* escrita por um homem cis. A vida da Alice está muito longe da realidade. Acho que daqui uns 10 anos, 20, pode ser, por

isso me pergunto: com que tipo de pessoas *trans* esse roteirista convive? Vocês acham mesmo que ser *trans* na escola brasileira é isso? Me parece mais uma realidade norte-americana, europeia. Por mais pessoas *trans* falando de *trans*, por favor”.⁴¹

A esses comentários a intérprete da protagonista, Anne Celestino, respondeu que: “O Brasil é o país que mais mata pessoas *trans*: nossa expectativa de vida é de 35 anos. Isso faz com que os filmes que escancaram a violência sejam necessários. Mas também é importante mostrar que a vida *trans* não é feita apenas de absurdos”.⁴²

Diante das estatísticas que serão apresentadas no Capítulo 2, é possível perceber que a realidade da grande maioria das pessoas *trans*, não é como a de Alice Júnior, que vive cheia de mimos, é rodeada de amigos, recebe total apoio do pai em suas escolhas e ainda conta com uma boa condição financeira. Mesmo assim, o filme chama a atenção para a população transgênero no Brasil, despertando o olhar dos espectadores para as discriminações e agressões sofridas por essas pessoas, por isso, assistir ao filme com um olhar crítico, é tão importante.

Vale ressaltar também que, apesar de não ser em grande número, existem pessoas *trans* que, como Alice, recebem apoio familiar e, especialmente, após sua *transição*, levam uma vida bem sucedida. Como exemplo, temos a própria atriz Ane Mota, que teve sua incongruência de gênero acolhida por sua família desde o momento da sua descoberta e foi incentivada a ser quem é ao ponto de se tornar uma artista de cinema. Claro que ela também sofreu e sofre preconceito, como afirma em seu canal *Transtornada* no *Youtube*, mas convive com isso.

A questão mais complicada para se assumir *trans* é que, como citado no Capítulo 2, na grande maioria dos casos, no seio familiar e na escola é que ocorrem as primeiras exclusões, as quais muitas vezes, continuam em quase todos os setores da sociedade, fazendo com que muitas dessas pessoas não tenham espaço para estudar ou manter-se no mercado de trabalho formal e passem a viver de modo marginalizado. Pessoas como a Alice são parte da sociedade como quaisquer outras, entretanto, em pleno século XXI, a maioria ainda sofre discriminação por onde passa.

No filme de Gil Baroni aconteceu uma “transrevolução” não somente pelo fato de ter uma atriz que é *trans* na vida real (Anne Celestino), representando a protagonista *trans* da ficção, mas pelas reflexões e ensinamentos que provoca

⁴¹ <https://www.google.com/search?q=Alice+J%C3%BAnior&oq=Alice+&aqs=chrome>.

⁴² <https://mulhernocinema.com/entrevistas/anne-mota>.

acerca do “mundo transgênero”. O filme, mostra uma realidade que poderia ser a de todos os trans, com uma vida digna, cheia de amor por parte da família e também autoestima, a qual deveria, inclusive, ser ensinada nas escolas.

Entre os desafios mais importantes de Alice, está a linguagem. Se as identidades são construídas pela linguagem, não é possível que alguém com gênero feminino seja chamado pelo pronome “ele”, por exemplo, e se sinta confortável com isso.

É importante observar o quanto Alice nos faz refletir acerca do modo como nos comunicamos com uma pessoa *trans*, como na cena em que Bruno lhe faz um “elogio” dizendo: “Taísa fala 'mó' bem de você, sabia? Que você é 'mó' linda. [riso] Quando eu te vi no colégio nem imaginei que você fosse *trans*.” Ao que Alice entende: “você é muito bonita, para ser *trans*”, e então responde: “isso é péssimo para se falar para alguém *trans*”. Alice educadamente explica para Bruno, porque ele não deveria falar aquilo: “Fica implícito que 'pra' parecer mulher, eu tenho que parecer bonita. E eu sou mulher, independentemente de ser bonita. E, afinal, o que é ser bonita?”. Alice corrige também o colega Lino (Igor Augustho) quando ele se refere a ela como “o travesti do Ensino Médio”, imediatamente ela se afirma “a travesti do Ensino Médio”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma análise do longa-metragem brasileiro *Alice Júnior* (2019) que aborda a transgeneridade em ambiente escolar, com base na metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin. Assim, após defini-lo como objeto de estudo, busquei literaturas que fizessem referência a ele, entretanto, por se tratar de uma produção muito recente, não encontrei literaturas acadêmicas que pudessem contribuir para essa pesquisa. Todavia, existem muitas resenhas, resumos e entrevistas com a atriz principal, o roteirista e o diretor, que auxiliaram um melhor entendimento em relação ao filme.

Busquei então, um aprofundamento em relação ao complexo tema transgeneridade e assim adentrei um novo universo com vasta produção acadêmica extremamente atual e com intensas discussões e *transformações* em curso, o que dificultou bastante a seleção do material.

Mesmo diante de tais dificuldades, considero que fiz escolhas acertadas, porque o tema é muito importante e urgente devido ao fato de o Brasil ser o país que mais mata pessoas *trans* com requintes de crueldade no mundo e *Alice Júnior* aborda essa temática de um jeito leve, já que é voltado para um público jovem, mas que pode provocar profundas reflexões sobre a construção da própria identidade e o respeito às identidades dos outros.

Falar de diversidade sexual já não é fácil, discutir identidade de gênero é ainda mais complicado, principalmente quando quem fala é heteroafetivo e cisgênero como é o meu caso. Mesmo assim, me propus a desenvolver essa pesquisa por conta da relevância do tema, apesar de saber que a possibilidade de aprofundamento é gigantesca, considerando a vasta literatura disponível sobre essa forma de existir dos sujeitos.

Para tal abordagem, foi feito um estudo sobre a historicidade dos conceitos de identidades de orientação sexual e de gênero que revela que o gênero é uma construção social que não necessariamente coincide com o sexo biológico.

O estudo mostra que tudo começou por meio do movimento feminista, que de acordo com os estudiosos, inicialmente visava a igualdade entre homens e mulheres, mas aos poucos foi absorvendo as lutas de outros grupos que lutam pelo respeito às diversidades como os LGBTQIAP+. Ou seja, foi pelo feminismo que o direito de ser quem é foi reivindicado e pessoas com gênero incongruente com o sexo biológico passaram a ser vistas.

Neste capítulo ficam evidenciadas algumas conquistas e avanços da comunidade LGBTQIAP+ os quais se tornaram alvo de ataques internacionais de ódio ao ponto de toda discussão ou informação acerca dos grupos que compõe tal sigla serem consideradas “ideologia de gênero” termo difundido pela igreja católica, sem bases científicas, que pressupõe a instauração de uma ditadura LGBTQIAP+ a ser iniciada nas escolas com o objetivo de *transformar* as crianças em homoafetivas ou transgênero e que é muito replicado pelos líderes religiosos, inclusive neopentecostais.

O segundo capítulo foi dedicado à esclarecer dúvidas sobre a transgeneridade e a emergência de sua inclusão em espaços de ensino. Os indivíduos *trans* podem ser *transexuais*, quando há a cirurgia de transgenitalização,

ou travestis quando não há a cirurgia de mudança de sexo pelo fato de a genitália não incomodar.

São apresentadas ainda pesquisas que apontam que tal grupo já compõe quase 2% da população brasileira, mas de todos os indivíduos que compõe a sigla LBGTQIAP+, os transgênero são os que mais sofrem agressões no Brasil, sendo este o país que mais mata pessoas *trans* conforme gráfico apresentado acerca dos assassinatos ocorridos de 2008 a 2021.

Sabendo que, como afirma Bourdieu, as escolas são espaços onde há a reprodução e a perpetuação dos preconceitos praticados na sociedade, nelas é que deve começar uma mudança social no sentido de promover respeito e acolhimento às diversidades e não a exclusão que provoca o abandono escolar, deixando essas pessoas mais vulneráveis.

Paulo Freire defende que a escola tem que ser *transformadora* e Vera Maria Candau propõe uma educação intercultural, a qual precisa ser colocada em prática para que nos tornemos uma sociedade que respeite as diversidades.

No último capítulo foi feita a análise de conteúdo do filme *Alice Júnior* que conta a história da garota *trans* de Recife que precisa se mudar para o Sul e lá é vítima de transfobia, hostilização, constrangimentos, bullying, cyberbullying, agressões psicológicas e físicas, especialmente na escola, mas mesmo assim não se deixa esmorecer. Alice acaba se tornando líder do movimento feminista na escola, perturbando a cis/heteronormatividade daquele lugar o que demonstra que, apesar de ser em sua essência uma instituição reprodutora, pode e deve também ser *transformadora*.

O filme termina com mensagens importantes. Primeiro em sua festa de despedida, Alice fala sobre deixar seu corpo se amar, se transformar, ser quem quiser, depois no retorno para Recife, ao gravar um vídeo, ela fala sobre si e pergunta ao telespectador: “E você, quem é?”

Uma citação do professor Antônio Flávio Pierucci, no seu instigante livro *Ciladas da diferença* (1999), também faz questionamentos acerca das nossas diferenças e afirma o direito à diversidade:

Somos todos iguais ou somos todos diferentes? Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes? Houve um tempo que a resposta se abrigava segura de si no primeiro termo da disjuntiva. Já faz um quarto de século, porém, que a resposta se deslocou. A começar da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver envoltos numa

atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizar-se, em ritmo acelerado e perturbador, a consciência de que nós, os humanos, somos diferentes de fato (...), mas somos também diferentes de direito. É o chamado "direito à diferença", o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente. The right to be different!, como se diz em inglês, o direito à diferença. Não queremos mais a igualdade, parece. Ou a queremos menos, motivamos muito mais, em nossa conduta, em nossas expectativas de futuro e projetos de vida compartilhada, o direito de sermos pessoal e coletivamente diferentes uns dos outros (Pierucci, 1999, p. 7).

Desse modo termina o filme e aqui encerro (mas não termino) minha pesquisa que enquanto professora, fiquei realizada e honrada em fazer, pela oportunidade de lembrar que nossos alunos são diversos em inúmeros aspectos, e nós, professores, não podemos reproduzir o preconceito, temos que resistir a isso e promover a inclusão, respeito e acolhimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary García; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam**. Brasília-DF: Flacso-Brasil, OEI, MEC, 2015. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escolasentidos-e-buscas.pdf. Acesso em: 14 de abr de 2022.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

ALICE JÚNIOR: Direção: Gil Baroni – Ficção - 86min. Netflix – Brasil, 2019.

ALMEIDA, Aline. **Evasão entre travestis é bem maior**. Diário de Cuiabá. Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=490505> Acesso em: 14 de abr de 2022.

ALVES, Claudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Educação, nome (social) e políticas públicas: o caso Nazaré, uma estudante transexual na**

escola/Education,(social) name and a public policies: the Nazaré case, a *transsexual* student at school. Brasil: Educação em Foco, v. 21, n. 34, p. 103-123, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70; 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70; 2011.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Disponível em:<
[https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/ ?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?format=pdf&lang=pt)>
 Acesso em: 29 de abr de 2022.

BETTONI, R. **Para além do uso do cinema na educação: relato de metodologia de trabalho interdisciplinar com alunos do 8º e 9º anos do ensino fundamental.** Revista Trama Interdisciplinar, São Paulo, v. 2, n. 1, 2011.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **A reprodução.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde, portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Brasília: 2011.

BRASIL. **Rede Nacional De Pessoas Trans Do Brasil.** Disponível em:
<http://redetransbrasil.org.br/category/assassinatos/> Acesso em: 13 de mar de 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAMPANGNATTE, Dostoiewski. **A escola e o professor no cinema brasileiro contemporâneo: discursos e hegemonia a partir dos conceitos da indústria cultural.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. v.1 e 2 – Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 [1949].

DUARTE, R. **Cinema e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: TADEU E SILVA, Tomaz (org). **Nunca fomos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FABRIS, E. **Cinema e educação: um caminho metodológico**. IN: Dossiê Cinema e Educação. Revista Educação e Realidade, v.33, n.1, p. 117 – 134, jan/jun 2008.

FERNANDES, Roberto da Silva. **Uma análise de políticas públicas em mídia-educação a partir da coleção MultiRio na escola**. Dissertação (mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio - Rio de Janeiro –RJ. 2016.

FELIPE, Jane. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil**. São Paulo. Disponível em: http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/SexualidadeInfantil.pdf. Acesso em: 29/04/2022.

FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Cinema e análise do discurso na formação do educado**. In: ENDIPE, Porto Alegre, 2008.

FLEURY, H.J.; ABDO, C.H.N. **Atualidades em disforia de gênero, saúde mental e psicoterapia** – Revista Diagnóstico e Tratamento v.23. 4ª Ed. São Paulo – SP, 2018. Disponível em: https://www.associacaopaulistamedicina.org.br/assets/uploads/revista_rdt/c338742f205624dd406ba79163ab3af5.pdf#page=29. Acesso em 05 de mai de 2022.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. – São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HÖFLING, ELOISA DE. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Brasil: Cadernos Cedes, 2001.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) **Homofobia nas escolas: um problema de todos**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. UNESCO, 2009^a.

JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero**. *Psicologia Política*, 18(43), p. 449-502. 2018

LOURO, Guacira Lopes. (2008). **Cinema e Sexualidade**. *Educação & Amp; Realidade*, 33(1). Recuperado de Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6688>. Acesso em: 29/04/2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MALAFIA, Silas. **Silas Malafaia em foco**. Rio de Janeiro – RJ. Editora Central Gospel, 2018.

MARIA, Vanessa Adriani. **Transexualidade e educação: desafios além do currículo.** Revista Alembra, Mato Grosso, Volume 3, Número 6, 2021. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo3298155-transexualidade-e-educa%C3%A7%C3%A3o-desafios-al%C3%A9m-do-curr%C3%ADculo. Acesso em: 29/04/2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Reflexões sobre o Serviço Social de projeto ético-político profissional.** Revista Emancipação, Paraná, ano 6, n.1, 2006.

MAZZARIELLO, Carolina Cordeiro & FERREIRA, Lucas Bulgarelli. **"Gênero"**. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/genero>.

PERES, W. S. **Biossociabilidade contemporânea e a expressão travesti.** Brasil: Revista de Psicologia da UNESP, v. 1, n. 1, p. 8-17, 2002.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença.** São Paulo: USP/Ed.34, 1999.

ROHDEN, Fabíola. **Uma Ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher** [online]. 2nd ed. rev. enl.. Antropologia e Saúde Collection. 224p. Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro: 2001.

ROSENFELD, Anatol. **Cinema: arte e indústria.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SARTORI, T. L. **Políticas Públicas, Educação para os Direitos Humanos e Diversidade Sexual. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo, [S. l.], v. 3, n. 3, p. e335484, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i3.5484.** Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/5484>. Acesso em: 04 abr. 2022.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, n. 20(2):71-100, 1995.

SIQUEIRA, T.L. **Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero** – Revista *Ártemis* – Vol. 08, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/2857/1/2310-3525-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

SILVEIRA, V. T. Gênero: como e por que compreender? In: SEED. **Diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná**. Curitiba: SEED, 2010.

STOLLER, R. **Masculinidade e Feminilidade: apresentações de gênero**. Porto Alegre: Artes Médicas (2003).

TRANSGENDER EUROPE. 31st March 2016: **Trans Day of Visibility Press Release** Over 2,000 **Trans people killed in the last 8 years**. 2016. Disponível em: <https://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/>. Acesso em: 13 de abr de 2022.